

# Os keynesianos neo-ricardianos e os pós-keynesianos \*

EDWARD J. AMADEO \*\*  
AMITAVA KRISHNA DUTT\*\*\*

*Este artigo discute criticamente as abordagens neo-ricardiana e pós-keynesiana da teoria do emprego de Keynes. Na elaboração do trabalho, os autores fazem um profundo levantamento bibliográfico das duas escolas. O artigo tem como pontos de referência os papéis desempenhados pela moeda, incerteza e os conceitos de equilíbrio e estabilidade na elaboração de Keynes sobre as causas do desemprego. A conclusão do trabalho é de que, apesar das diferenças paradigmáticas entre as duas abordagens, e uma vez estabelecidas tais diferenças, caberia uma união de esforços no combate à interpretação keynesiana ortodoxa do pensamento de Keynes.*

## 1 — Introdução

Qual é o elemento central da assim chamada “revolução keynesiana”? A grande maioria dos economistas responderia a esta pergunta dizendo que, na realidade, nunca houve uma revolução keynesiana. Estes economistas argumentariam que Keynes, na *Teoria Geral*, apresentou um caso especial do modelo neoclássico no qual os salários nominais são rígidos. O desemprego é somente um resultado do fato de que a taxa de salários nominais se encontra demasiadamente elevada em relação ao nível de preços e, por esta razão, as empresas são incapazes de empregar todos os trabalhadores que desejam trabalhar pelo salário real corrente.

Nem todos os economistas, no entanto, darão esta resposta. Dois grupos, relativamente pequenos, de keynesianos não pertencentes ao *main stream* da profissão negariam que a causa do desemprego reside no fato de que os salários são rígidos.

Os pós-keynesianos chamariam atenção para o papel da incerteza que envolve qualquer ato de tomada de decisão. Em um mundo de incertezas, o dinheiro desempenha um papel primordial na proteção dos agentes contra os efeitos da irreversibilidade do tempo. Quando a incerteza

\* O trabalho que resultou neste *paper* iniciou-se quando da visita de Dutt à PUC/RJ, em junho/julho de 1986. Agradecemos os comentários de dois *referees* anônimos.

\*\* Do Departamento de Economia da PUC/RJ.

\*\*\* Do Departamento de Economia da Universidade Federal da Flórida.

aumenta os agentes preferem ter em mãos ativos líquidos (sendo o dinheiro um ativo líquido *par excellence*). Se os agentes retêm dinheiro, ao invés de usar seus rendimentos comprando bens, observar-se-á uma interrupção do circuito renda-gasto e, assim, desemprego.

Já o grupo dos keynesianos neo-ricardianos argumentaria que, num modelo com diversas mercadorias, a taxa de juros pode não desempenhar o papel de variável de equilíbrio entre a poupança e o investimento. Esta é a razão pela qual a teoria neoclássica do emprego é falha. O mecanismo do multiplicador de Keynes fornece uma teoria consistente de ajustamento entre poupança e investimento e o nível de produção. De acordo com este mecanismo, a poupança se ajusta ao investimento através de mudanças nos níveis de produção e emprego. Somente por acaso o nível de emprego assim determinado corresponderá ao pleno emprego.

Assim, enquanto um grupo enfatiza o papel da incerteza e do dinheiro como a causa principal do desemprego e da instabilidade, o outro enfatiza o mecanismo multiplicador como o elemento central da análise de Keynes. O objetivo principal deste trabalho é examinar as idéias destas duas escolas de pensamento econômico keynesiano, compará-las e averiguar até que ponto elas estão verdadeiramente em contradição, uma em relação à outra.

O artigo está organizado como se segue: As Seções 2 e 3 analisam os elementos centrais das contribuições neo-ricardianas e pós-keynesianas, respectivamente; a Seção 4 compara os dois conjuntos de idéias; e a Seção 5 apresenta as conclusões.

## 2 — Os keynesianos neo-ricardianos

Um grupo de “economistas de Cambridge”, sendo Garegnani, Eatwell e Milgate seus mais notáveis membros, vem trabalhando em um programa de pesquisa que tem em Keynes e Sraffa sua fonte de inspiração intelectual. Este grupo oferece uma interpretação da *Teoria Geral* de Keynes com base na análise de longo prazo clássica e vem estudando a adequação do sistema de preços de produção de Sraffa à teoria do emprego desenvolvida por Keynes. A motivação para este programa de pesquisa é dupla: em primeiro lugar, proporcionar ao princípio da demanda efetiva de Keynes uma teoria do valor consistente; e, em segundo, desenvolver uma crítica à teoria marginalista da produção e do emprego, baseada que é no ajustamento entre poupança e investimento através de mudanças na taxa de juros.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Ambas as motivações são justificadas, dadas as inconsistências das teorias marginalistas do valor, distribuição e produto, baseadas em funções de produção agregadas. Voltaremos mais tarde a este ponto.

Esta abordagem dada ao pensamento de Keynes mantém as características centrais da economia política clássica, em particular a separação entre as teorias da distribuição e dos preços relativos, de um lado, e da produção, emprego e acumulação, de outro. No que se segue, avaliamos as proposições desta abordagem à qual nos referiremos como keynesianismo neo-ricardiano.

O tratamento neo-ricardiano está centrado na noção de posições de longo prazo (ou de equilíbrio) do sistema econômico,<sup>2</sup> isto é, posições em direção às quais ou em torno das quais as variáveis relevantes do sistema gravitam. Antes de discutir a caracterização neo-ricardiana da posição de equilíbrio, será útil refletir sobre uma noção abstrata do termo e sua relação com a utilização marshalliana das expressões curto e longo prazos. Consideremos um sistema composto por um conjunto de dados (parâmetros e variáveis exógenas), um conjunto de variáveis determinadas endogenamente e um conjunto de relações funcionais entre as variáveis do sistema. A qualquer mudança nos dados, corresponderá uma nova configuração de variáveis endógenas. Uma situação de equilíbrio descreve simplesmente esta configuração final em direção à qual ou em torno da qual o sistema gravita. O equilíbrio refere-se a uma posição de repouso sistêmico associada a um dado conjunto de variáveis exógenas e de parâmetros que especificam as relações funcionais do sistema referentes a expectativas, comportamento e tecnologia. De acordo com esta concepção, as posições de desequilíbrio estão associadas à trajetória (*transverse*) entre duas posições de repouso; elas são, assim dizendo, posições instáveis.

Podemos nos referir às relações funcionais entre dados e variáveis endógenas que caracterizam o sistema como seu "núcleo" [ver Garegnani (1984, pp. 295-7)]. Repercussões entre variáveis endógenas e dados, e entre os elementos dos dados, podem ocorrer, porém não são consideradas explicitamente, já que isto implicaria essencialmente a redefinição do equilíbrio. A decisão de definir quais as variáveis exógenas e endógenas depende, como é razoável supor, do objetivo específico da análise. Sendo assim, as variáveis relevantes para a caracterização da posição de equilíbrio dependerão da escolha das variáveis determinadas e determinantes [ver Dutt (1986a), Amadeo (1987a) e nota 22 adiante]. Existem diferentes razões pelas quais uma variável deve fazer parte dos dados ao invés de ser endógena, sendo as três principais as seguintes: primeiro, a variável em questão pode depender mais de fatores alheios ao sistema que da dinâmica do sistema; segundo, ela pode manter relações funcionais múltiplas e alta-

<sup>2</sup> Os neo-ricardianos preferem usar a expressão "posições de longo prazo" ao invés de "posições de equilíbrio". A razão é que a teoria clássica do valor e da distribuição (baseada na qual as contribuições neo-ricardianas são desenvolvidas) não "faz uso de forças contrárias de oferta e demanda", o que implica que a "palavra 'equilíbrio' não parece apropriada para descrever a posição do sistema econômico caracterizada por preços, salários e lucros 'naturais'" [Garegnani (1976, p. 130, n.º 2)]. No texto, nos referiremos a "períodos de equilíbrio e desequilíbrio" no lugar de períodos de longo e curto prazos; restringiremos a utilização das expressões longo e curto prazos à sua significação marshalliana conforme discutida adiante.

mente assistemáticas com uma ou mais variáveis do sistema, enfraquecendo, assim, a nitidez dos resultados;<sup>3</sup> e a terceira razão está associada à extensão do período histórico subjacente à análise: as considerações cronológicas, que resultam do objetivo da análise, influenciam a estrutura lógica do sistema. As análises associadas a um curto período de tempo terão, em geral, um maior número de dados que análises em que a extensão relativa do tempo é maior. Quanto maior o período, maior a flexibilidade do sistema e, por conseguinte, em princípio, maior o número de variáveis endógenas. Estas considerações nos levam às noções marshallianas de longo e curto prazos.

Marshall (1890) fez uso das expressões curto e longo prazos de forma muito específica. No curto prazo, escreve ele: “a oferta de mão-de-obra especializada e habilitada, da maquinaria apropriada e outros tipos de capital material e da organização industrial apropriada não tem tempo de se adaptar totalmente à demanda. . . . No longo prazo, ao contrário, todos os investimentos de capital e os esforços em prover de instalações materiais e de organização um ramo de negócios. . . . têm tempo de se ajustar às rendas que se espera ganhar. . . .” [Marshall (1890, p. 313)]. Assim, o curto prazo se caracteriza por um determinado tamanho e composição da capacidade produtiva; somente a utilização da capacidade e o emprego dos vários insumos se ajustam à demanda. No longo prazo, tanto a estrutura setorial como o tamanho do estoque de capital (capacidade) se ajustam a mudanças na demanda.

Uma combinação das noções de equilíbrio e desequilíbrio e da utilização marshalliana das expressões curto e longo prazos dá origem à seguinte tabela:

*Ajuste e configuração de fluxos e estoques*

Noção marshalliana	Posição	
	Desequilíbrio	Equilíbrio
Curto prazo	Variáveis de ajuste: emprego e utilização	Configuração final do emprego e utilização (equilíbrio de fluxos)
Longo prazo	Variáveis de ajuste: perfil e tamanho da capacidade	Configuração final da capacidade (equilíbrio de estoques)

No curto prazo marshalliano, as posições de desequilíbrio estão associadas ao ajustamento da utilização da capacidade e do emprego. A posição

<sup>3</sup> De um ponto de vista lógico, a primeira e a segunda razões parecem fornecer uma justificativa razoável para o tratamento paramétrico do salário nominal na *Teoria Geral*. Em primeiro lugar, existem fatores institucionais que afetam o salário, os quais podem ser mais fortes do que as condições de oferta e demanda por trabalho. Em segundo lugar, o efeito de mudanças nos salários nominais em relação às variáveis endógenas (emprego e distribuição) é altamente ambíguo.

de equilíbrio corresponde a uma configuração final de emprego e utilização. Uma vez que a capacidade começa a ajustar-se à demanda (o longo prazo marshalliano), a análise passa a focalizar o processo de acordo com o qual o estoque de capital se modifica (através de uma série de posições de desequilíbrio) e a determinação da configuração final que inclui o tamanho e a estrutura setorial do estoque de capital. Em equilíbrio, supõe-se que as empresas operem segundo o grau de utilização normal ou esperado.

Voltamo-nos a seguir para a caracterização neo-ricardiana da posição de equilíbrio. De acordo com a abordagem, uma economia capitalista exhibe “características de longo prazo (está ‘em uma’ posição de longo prazo) se, quando o preço de cada mercadoria é uniforme através de todo o sistema, obtém-se uma taxa de lucro *geral* (uniforme) sobre o preço do capital associado à técnica dominante” [Milgate (1982, p. 12)]. Além disso, “a uniformidade da taxa de lucro... requer que a escala e a composição do produto e o tamanho e a composição da capacidade se ajustem um ao outro” [Eatwell (1983, p. 271)]. A partir da segunda condição, torna-se óbvio que a posição de equilíbrio corresponde ao longo prazo marshalliano, uma vez que o tamanho e a estrutura da capacidade são compatíveis com a escala e a composição da demanda e do produto.

O mecanismo segundo o qual o sistema gravita em torno da posição de equilíbrio, caracterizada por uma taxa de lucro uniforme, consiste em “estar em vigor a livre concorrência em uma economia capitalista, que induz os capitalistas a procurar o emprego mais rentável para seu capital” [Milgate (1982, p. 24)]. A noção de gravitação implica que o equilíbrio corresponda a uma situação estável em torno da qual a economia oscila. Os desvios dos preços de mercado (e do nível do produto efetivo relacionado a estes) em relação aos preços e níveis de produto normais podem resultar de fenômenos temporários (não persistentes), tais como erros de expectativas. O *averaging out-over time* destes desvios, associado a “incongruências entre a planta existente e a demanda por produtos”, isto é, desvios do nível normal de utilização da capacidade, “é uma e a mesma coisa que a gravitação em torno de uma taxa de lucro ‘normal’ e uniforme, calculada sobre o preço de oferta dos meios de produção” [Garegnani (1979b, p. 76)].<sup>4</sup>

O núcleo do sistema neo-ricardiano é composto por três dados: a taxa de salários (ou a taxa de lucro uniforme), os métodos de produção e a magnitude e composição do produto. As variáveis endógenas são: os preços relativos e a taxa de lucro (ou a taxa de salários medida em termos de

<sup>4</sup> O fato de que a posição de equilíbrio, de acordo com o tratamento neo-ricardiano, corresponde ao longo prazo marshalliano fica evidenciado pelo seguinte trecho: “a teoria do longo prazo analisa o que acontecerá com a média destes ‘curtos prazos’ quando, dada a possibilidade de mudanças no tamanho da planta, os efeitos destas incongruências (entre o estoque de capital e a demanda) tenderem a cancelar-se mutuamente” [Garegnani (1979b, p. 76)].

uma das mercadorias reprodutíveis). As relações funcionais consistem em um conjunto de equações de preços, de acordo com as quais os preços são determinados pelos custos de produção e a taxa de lucro do capital adiantado.

Efeitos de retroalimentação (*feedback*) podem ser estudados e, de fato, “o tratamento do salário real do produto social e das condições técnicas de produção como variáveis independentes no ‘núcleo’, de nenhuma maneira acarreta a negação da existência de influências de cada um destes três conjuntos de variáveis sobre os dois restantes” [Garegnani (1984, p. 296)]. A razão para tratá-las como variáveis independentes é a multiplicidade de influências de, digamos, uma mudança no salário real sobre o nível de produto, os métodos de produção e os preços relativos. Esta ambigüidade torna os resultados da análise muito menos precisos.

Entretanto, efeitos interativos entre os dados e as variáveis endógenas devem ser considerados sempre e quando fechamentos (*closures*) para os sistemas clássico ou neo-ricardiano forem cogitados. Entre os possíveis fechamentos está a teoria do emprego de Keynes, como propõem os neo-ricardianos. Os efeitos potenciais a serem considerados são a influência da distribuição sobre o produto e a demanda agregada, a influência de mudanças na escala de produção sobre os métodos de produção e, conseqüentemente, os preços de produção. Os neo-ricardianos têm sido tímidos no que diz respeito à exploração de fechamentos alternativos e por esta razão, são criticados pelo excesso de dados no modelo [ver Hahn (1982)].

A noção de equilíbrio desempenha um papel central no tratamento neo-ricardiano ao pensamento econômico de Keynes. Alguns críticos desta abordagem — principalmente Joan Robinson e os pós-keynesianos — ressaltam uma certa discrepância entre a noção de equilíbrio e o papel das expectativas e da incerteza. Segundo Joan Robinson (1974, p. 48), “desde que se admita a incerteza das expectativas guiando o comportamento econômico, o equilíbrio retira-se do argumento e a história toma o seu lugar”. Em relação ao papel específico das expectativas na análise do equilíbrio, ainda de acordo com Joan Robinson (1978, p. 214), “o equilíbrio no longo prazo pode ser mantido continuamente somente no caso de uma trajetória de crescimento estável, onde expectativas confiáveis sobre o futuro podem ser mantidas, continuamente realizadas e assim renovadas”. Em conseqüência disto, a existência da incerteza e das expectativas ameaça a relevância da análise de equilíbrio e, em particular, da análise de estática comparativa, que omite o papel das expectativas, sempre que o sistema se desvia da posição de equilíbrio.

Submetemos, todavia, que as noções de equilíbrio e desequilíbrio (e de trajetória equilibrada), discutidas nos parágrafos precedentes, são instrumentos de análise poderosos. Dados os pressupostos alternativos na escolha dos dados e variáveis endógenas, e as relações funcionais entre elas, o método de equilíbrio tem a característica desejável de fornecer resultados precisos. Além disso, o método não é inteiramente incompatível com a análise de desequilíbrio, que pode resultar, *inter alia*, de erros de expectativas. A

noção de equilíbrio é somente o primeiro passo para a compreensão das relações sistemáticas entre os conjuntos de variáveis. Os fatores institucionais e *caveats* que resultam da irreversibilidade do tempo podem então ser introduzidos como fatores a influenciar a determinação dos dados e parâmetros das relações funcionais, de forma a tornar os resultados mais relevantes.

A posição neo-ricardiana no que se refere ao papel das expectativas não é de que elas não devem ser consideradas, mas sim que a elas não deve ser atribuído um papel perturbador tal que torne a análise desprovida de resultados definidos [ver Garegnani (1976, p. 140)]. As expectativas deveriam, ao contrário, se incluídas entre as “forças acidentais (não persistentes)”, levar a trajetória efetiva do sistema (associada aos “preços de mercado” e à utilização efetiva da capacidade) a desviar-se da posição normal.<sup>5</sup>

Em face desta discussão, onde se situa a *Teoria Geral* de Keynes em termos de método de análise? É inegável que, ao contrário do *Tratado*, onde Keynes concentra sua atenção sobre os desvios em relação a uma norma, o objetivo da *Teoria Geral* é discutir a possibilidade de uma norma caracterizada pela existência de desemprego. Os neo-ricardianos têm apontado, a nosso ver corretamente, para a centralidade da noção de equilíbrio na análise da *Teoria Geral*.<sup>6</sup>

Não há discordâncias fundamentais entre keynesianos de diferentes variedades sobre a natureza do equilíbrio da análise da *Teoria Geral*.<sup>7</sup> O desentendimento começa com a alegação neo-ricardiana de que a *Teoria Geral* se enquadra em uma análise de longo prazo. O que significa exatamente isto? Significará apenas análise de equilíbrio, ou análise de longo

<sup>5</sup> De acordo com Garegnani, (1976, p. 133), “expectativas de preço incorretas ... podem ser, na realidade, uma maneira de descrever alguns dos fatores que fazem com que os preços de mercado se desviem dos preços naturais”.

<sup>6</sup> A este respeito, a *Teoria Geral* rompe com contribuições pós-wicksellianas (incluindo o *Tratado* de Keynes), nas quais as expectativas de curto prazo desempenham um papel absolutamente central na determinação da trajetória do sistema sobre uma série de curtos prazos. Nestas análises a noção de equilíbrio é relegada a segundo plano [ver Amadeo (1986a e 1986b)].

<sup>7</sup> Talvez devêssemos ser mais cautelosos com relação a esta afirmação. Com respeito a ela, os pós-keynesianos lembrariam que, devido ao papel das expectativas de longo prazo, o equilíbrio se moveria continuamente. Neste sentido, poder-se-ia ainda argumentar que a *Teoria Geral* está longe de se basear no método de equilíbrio estático, e sim na teoria do “equilíbrio movente” — “querendo dizer (com isto) que é a teoria de um sistema no qual uma mudança na visão a respeito do futuro é capaz de influenciar a situação atual” [Keynes (1973a, p. 293)]. Para uma análise detalhada da relação entre expectativas e os métodos de análise empregados na *Teoria Geral*, ver Kregel (1976) e, também, Amadeo (1987a). Outros keynesianos, tais como Leijonhufvud, argumentariam que “Keynes usou a expressão ‘equilíbrio com desemprego’ ... [apesar de este não ser um] ... equilíbrio no seu sentido mais estrito. É preferível utilizar expressões mais neutras, que não acarretem a conotação de que nenhuma força equilibrante está em ação. A questão verdadeira é porque as forças que tendem a trazer o sistema de volta ao pleno emprego são tão fracas” [Leijonhufvud (1968, p. 22)].

prazo no sentido marshalliano? Joan Robinson (1978, pp. 211-2) é categórica ao afirmar que “a *Teoria Geral* se assenta numa situação estritamente de ‘curto prazo’ ... Keynes raramente perscrutou além dos limites do curto prazo de forma a examinar o efeito do investimento como adição ao estoque de equipamento produtivo”. Garegnani, ele mesmo um proeminente neo-ricardiano, adverte que “deveria estar claro que Keynes está preocupado com uma análise de curto prazo do produto agregado (a determinação da utilização da capacidade), e que uma análise de longo prazo do produto agregado, isto é, uma análise da adaptação recíproca entre a oferta agregada e a demanda agregada é apenas e tão-somente uma teoria da acumulação. Isto está ausente em Keynes...” [Eatwell e Milgate (1983)].

Eatwell e Milgate, no entanto, argumentam que, se a teoria do emprego e produto de Keynes pretende-se uma alternativa à teoria tradicional (neoclássica), deve referir-se a posições de equilíbrio de longo prazo em que o estoque de capital seja compatível com o nível de demanda. A questão que se coloca é: como conciliar mudanças na capacidade com a hipótese de Keynes de que a qualidade e a quantidade de equipamento existente estão dadas? Parece haver uma inconsistência entre o ajustamento da capacidade a mudanças na demanda e a hipótese de estoque de capital dado. Se há ou não inconsistência, isto depende da interpretação da hipótese. A interpretação de Eatwell e Milgate é de que a capacidade está dada em equilíbrio de longo prazo e não ao longo do processo de ajuste face a uma mudança na demanda; a interpretação convencional é de que o estoque de capital está dado durante o processo de ajuste. Sendo assim, de acordo com Eatwell e Milgate, uma interpretação mais frutífera da hipótese de Keynes é de que ela se refere ao estado estacionário marshalliano e não ao curto prazo marshalliano. De fato, sua visão é de que uma teoria geral do emprego não deve limitar-se ao curto prazo, mas sim ao longo prazo, e, portanto, que a abordagem que propõem não é inconsistente com a “teoria da acumulação”.

No longo prazo, capacidade e demanda estão em equilíbrio em tamanho e composição; entretanto, não há qualquer razão para supor que a força de trabalho estará plenamente empregada. Esta parece ser a versão da teoria do emprego de Keynes que Eatwell e Milgate consideram mais apropriada. De fato, a maior parte da *Teoria Geral* baseia-se na análise de curto prazo marshalliana. Entretanto, o Capítulo 16 do livro examina uma situação que legitima completamente a interpretação de Eatwell e Milgate.

Devemos considerar agora a contribuição neo-ricardiana à teoria econômica como tal. A reconstrução cuidadosa do sistema clássico, devida a Sraffa (1960) — com base na qual a abordagem neo-ricardiana do pensamento econômico de Keynes foi desenvolvida —, tem o mérito de haver revelado certos problemas na teoria marginalista do valor e da distribuição, baseada em funções de produção agregadas. Pode-se demonstrar que, em um sistema com mais de uma mercadoria reprodutível, o valor de um dado vetor de quantidades físicas não é independente da distribuição de renda

entre salários e lucros. Como resultado, pode-se demonstrar que o valor de um dado estoque físico de capital não mantém uma relação monotônica (inversa) com a taxa de lucro, como sustentado pela teoria marginalista.<sup>8</sup>

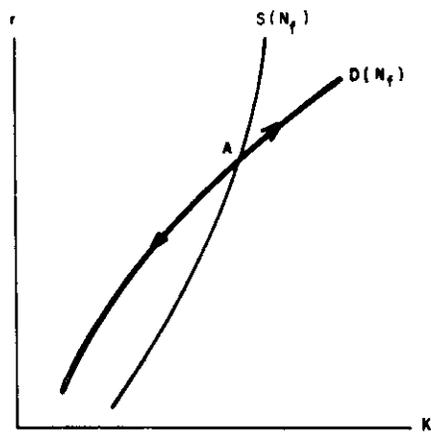
Os neo-ricardianos estenderam estes resultados a uma crítica da teoria marginalista da determinação do produto e emprego. No seu entender, a análise de Keynes na *Teoria Geral* mantém alguns elementos marginalistas ou ortodoxos, os quais, de um lado, não lhe permitem desenvolver uma crítica negativa da teoria ortodoxa (no sentido de ressaltar suas incongruências) e, de outro, deixam aberto o caminho que conduz ao retorno da teoria marginalista, incorporando agora algumas contribuições positivas de Keynes.<sup>9</sup>

A não-monotonicidade da relação entre a taxa de lucro (ou juros) e o valor de um dado estoque de capital é um resultado do sistema sraffiano de equilíbrio geral. Imaginemos que o estoque de capital seja compatível com o pleno emprego do trabalho, isto é, que seja dado por  $AX_f$ , onde  $A$  é a matriz de coeficientes técnicos e  $X_f$  um vetor de produto correspondente ao pleno emprego da força de trabalho. A curva  $D(N_f)$  no Gráfico 1 corresponde ao valor de tal estoque de capital, isto é,  $K = p'AX_f$ , onde  $p'$

é o vetor (linha) de preços de produção de Sraffa.<sup>10</sup> Esta curva pode ser vista como uma função de demanda por capital ou, como Garegnani a denomina, a "curva capital-emprego". Para simplificar, suponhamos que há apenas capital circulante, o que significa que não existe diferença entre as curvas de demanda por investimento e de demanda por capital.<sup>11</sup>

Imaginemos que a oferta de capital ou poupança depende positivamente do nível de produto e da taxa de juros ( $r$ ) e, ainda, que a função de poupança corresponde ao pleno emprego da força de trabalho,  $S(N_f)$ . Duas combinações alternativas de funções de demanda

Gráfico 1



<sup>8</sup> Ver Pasinetti (1977) para um tratamento mais cuidadoso deste assunto.

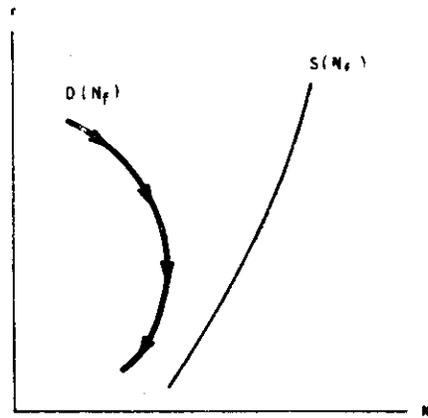
<sup>9</sup> A crítica neo-ricardiana da teoria marginalista do produto e do emprego deve-se essencialmente a Garegnani (1978, 1979a e 1983). No que se segue, examinamos e avaliamos seus argumentos.

<sup>10</sup> Seja  $a$  o vetor da razão trabalho/produto; assim,  $aX_f = N_f$ , onde  $N_f$  é o nível de emprego correspondente ao pleno emprego. De acordo com esta estrutura, já que o estoque físico de capital e o nível físico de produto são dados, o valor do capital depende somente dos preços de produção.

<sup>11</sup> Para o caso em que existe capital fixo, ver Garegnani (1970).

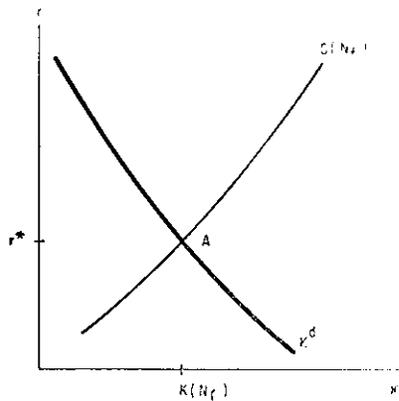
por investimento e oferta de capital são descritas nos Gráficos 1 e 2. No primeiro, o equilíbrio *cum* pleno emprego do trabalho existe, mas é obviamente instável. Um desvio marginal do equilíbrio conduziria o sistema a um dos extremos do *spectrum* de distribuição. Garegnani (1983, p. 73) observa que, se as curvas capital-emprego fossem como aquela esboçada no Gráfico 1, “ não seria razoável descrevê-las como ‘curvas de demanda’,

Gráfico 2



inversa entre o preço de demanda do capital e a taxa de juros. Lembremos que, de acordo com a construção

Gráfico 3



e razoável procurar em outro lugar a explicação para a divisão do produto entre salários e lucros”. No Gráfico 2 o equilíbrio não existe, o que significa dizer que, se este fosse um fato observado empiricamente, o argumento marginalista sobre uma tendência ao pleno emprego através da igualação das curvas de investimento e poupança seria inconsistente.<sup>12</sup>

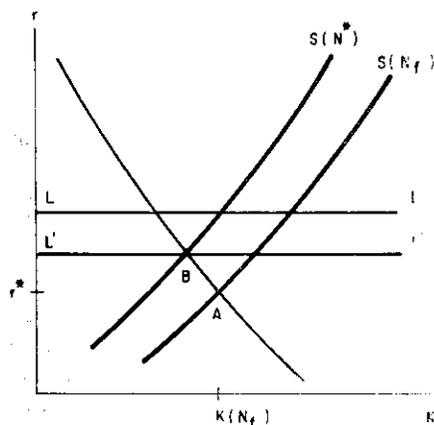
Coloquemos de lado temporariamente as implicações da controvérsia do capital. Assumamos — assim como faz Keynes na *Teoria Geral* — que a curva de demanda por capital,  $K^d$  nos Gráficos 3 e 4, negativamente inclinada, dada a relação inversa entre o preço de demanda do capital e a taxa de juros. Lembremos que, de acordo com a construção de Keynes, o nível de produto não é tido como dado na derivação da curva de demanda por capital; de fato, os níveis de produto e emprego mantêm uma relação direta com o nível de equilíbrio de investimento (ou estoque de capital, dada a nossa hipótese a respeito da natureza circulante do capital). Estas hipóteses implicam que um equilíbrio de pleno emprego pode resultar da interseção entre as curvas de demanda por capital e poupança associada ao nível de produto de pleno emprego. Tal equilíbrio — designado pelo ponto *A* no Gráfico 3 — não só existe como é estável. No entanto, se, por alguma

<sup>12</sup> É interessante observar que Keynes, na sua crítica à teoria clássica (Cap. 14 da *Teoria Geral*), se refere à possibilidade de não-existência de equilíbrio, baseado no argumento de que a função poupança pode ser inclinada negativamente.

razão, a taxa de juros estiver persistentemente acima da taxa correspondente ao equilíbrio de pleno emprego, tal posição jamais será atingida.

É bem conhecido o fato de que, no *Tratado* e na *Teoria Geral*, a taxa de juros não depende apenas das decisões de investimento e poupança,<sup>13</sup> mas sim do estado de preferência pela liquidez da economia, ou seja, das decisões dos diversos agentes a respeito da alocação de seu estoque de riquezas. A demanda por fundos a serem investidos e a oferta de fundos poupados desempenham um papel não mais que marginal nas condições de liquidez da economia. Estas são decisões a respeito da alocação dos fluxos, as quais afetam as decisões sobre a alocação de estoques marginalmente [ver Keynes (1973b, p. 127)]. Na *Teoria Geral*, assume-se que a taxa de juros depende apenas

Gráfico 4



parcialmente da oferta e da demanda por fundos correntes; ela depende essencialmente da demanda por fundos e da oferta de dinheiro ou de ativos líquidos. A taxa de juros assim determinada pode ser representada pela linha *LL* no Gráfico 4. A existência de tal linha impediria o sistema de atingir o equilíbrio de pleno emprego. Aqui introduz-se o princípio da demanda efetiva de Keynes: o fluxo de poupanças deve corresponder ao nível corrente de investimento, o qual, por sua vez, é determinado pela igualação entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros de mercado. Como afirma Keynes (1973a, p. 211),

“não é a taxa de juros, mas sim os níveis de renda que garantem a igualdade entre poupança e investimento”.

No Gráfico 4, uma nova curva de poupança,  $S(N^*)$ , e uma nova curva de preferência pela liquidez,  $L'L'$ , ambas correspondentes a um nível de renda menor que o nível compatível com o pleno emprego, interceptam a curva de investimento (ponto *B*). O equilíbrio existe e é estável, mas não corresponde ao pleno emprego da força de trabalho.

Do ponto de vista neo-ricardiano, a explicação precedente, a respeito da possibilidade de equilíbrio *cum* desemprego, fornece tão-somente uma crítica parcial do tratamento marginalista. O princípio da demanda efetiva é, sem dúvida, uma alternativa à teoria marginalista do produto e do emprego; já a teoria da preferência pela liquidez deixa muito a desejar. Os neo-ricardianos argumentam que a teoria de determinação da taxa de juros de Keynes deixa aberta a porta para a ressurgência marginalista.

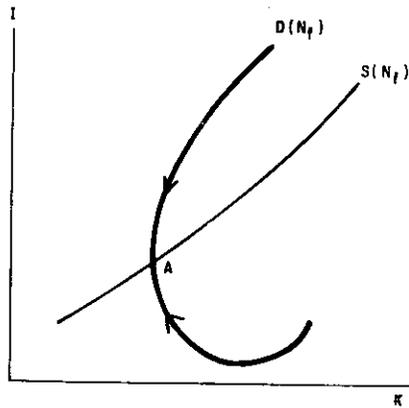
<sup>13</sup> A elasticidade da função poupança com respeito à taxa de juros não altera os argumentos subsequentes.

Salários nominais cadentes, através de seu efeito sobre o nível de preços e, além disso, sobre a liquidez do sistema, ou a expansão da oferta de dinheiro, eventualmente fará a taxa de juros convergir para a taxa associada ao pleno emprego. De acordo com o Gráfico 4, isto significa que o ponto *B*

não é uma posição estável. O princípio da demanda efetiva, conseqüentemente, não é incompatível com o pleno emprego.

Os neo-ricardianos alegam ter fornecido uma crítica definitiva da teoria marginalista da distribuição e do emprego ao demonstrarem a possibilidade de uma relação não-monotônica entre a taxa de juros e o valor do capital. A crítica, no entanto, não está livre de *caveats*. Não é impossível imaginar-se uma curva de demanda por capital positivamente inclinada e, ainda assim, compatível com uma posição de equilíbrio estável associada ao pleno emprego da força de trabalho (o Gráfico 5 ilustra este caso).

Gráfico 5



Um segundo problema é a hipótese neo-ricardiana de que a taxa de lucro é uniforme através dos setores, o que, de fato, somente se verifica no longo prazo marshalliano. No curto prazo a composição do estoque de capital será compatível com a composição da demanda somente por acaso; e, conseqüentemente, somente por acaso existirá uma taxa de lucro uniforme através dos setores de produção.

Existe ainda um terceiro problema com a concepção neo-ricardiana: a curva capital-emprego é o resultado do sistema de equilíbrio geral raffiano e, como tal, não incorpora nenhuma hipótese sobre o comportamento dos agentes econômicos. A curva reflete simplesmente o valor de um dado estoque de capital associado a diferentes taxas de lucro. Esta curva não é comparável à teoria da eficiência marginal do investimento ou à demanda por investimento de Keynes ou qualquer outra teoria que incorpore hipóteses comportamentais.

Ainda que ignoremos o fato de o nível de produto ser tido como dado e a ausência de hipóteses comportamentais por detrás da derivação da curva capital-emprego, e nos concentremos no argumento a respeito do formato da curva, os neo-ricardianos apenas provêm um "argumento de possibilidade", isto é, a possibilidade de que o equilíbrio não exista (Gráfico 2) ou seja instável (Gráfico 1). Em princípio, o argumento pode ser falsificado (Gráfico 5). Ele pode ser empiricamente falsificado. E se assim o for? E se a relação de equilíbrio geral observada empiricamente entre o valor do capital e a taxa de lucro produzir uma curva de demanda por

capital compatível com uma posição de equilíbrio estável compatível com o pleno emprego? Dois caminhos alternativos são, então, possíveis: concordar com o argumento marginalista de que a economia gravitará persistentemente em torno do pleno emprego; e considerar seriamente os argumentos de Keynes a respeito das ambigüidades associadas a mudanças nos salários nominais e na política monetária. No que concerne aos salários nominais, os pontos levantados no Cap. 19 da *Teoria Geral* são suficientemente conhecidos para serem repetidos aqui [ver Amadeo (1986c) e Dutt (1987)]. No que concerne à política monetária, os trechos seguintes, retirados dos primeiros esboços da *Teoria Geral*, merecem atenção:

“Não se pode afirmar que a posição em direção à qual o sistema econômico tende ou a posição na qual estaria em repouso... , não importando a tendência que tenhamos em vista, é completamente independente da política da autoridade monetária, enquanto que, por outro lado, não se pode sustentar que existe uma política única, a qual, no longo prazo a autoridade monetária tenderia a pôr em prática... Do meu ponto de vista, não existe uma única posição de equilíbrio de longo prazo igualmente válida, independente do perfil da autoridade monetária. Pelo contrário, existem inúmeras dessas posições, correspondentes a diferentes políticas” [Keynes, (1979 p. 55)].

A mensagem central deste trecho parece ser de que as políticas monetárias influenciam as posições de longo prazo, isto é, diferentes taxas de juros correspondem a diferentes políticas. Uma determinada política pode resultar em uma taxa de juros de longo prazo que, não necessariamente, implique a igualdade entre poupança e investimento. Esta afirmação, admitamos, não surpreenderia os neo-ricardianos, já que o próprio Sraffa (1960) sugere que a taxa de lucro poderia ser afetada pela taxa de juros monetária como determinada pela teoria da preferência pela liquidez de Keynes.<sup>14</sup>

### 3 — Os pós-keynesianos

Inúmeros economistas keynesianos têm enfatizado o caráter histórico (em oposição ao lógico) do tempo, a importância da incerteza (em oposição ao risco), o papel do dinheiro e das instituições monetárias e a inaplicabilidade do método de equilíbrio no estudo da disciplina econômica, tanto no trabalho de Keynes quanto na análise das economias capitalistas. Alguns destes economistas têm sido denominados “pós-keynesianos”, “pós-keyne-

<sup>14</sup> Ver Patullo (1985) para uma discussão acerca da relação entre a teoria da taxa de juros de Keynes e a taxa de lucro no longo prazo.

sianos norte-americanos” e “fundamentalistas keynesianos”,<sup>15</sup> mas, para efeito deste trabalho, nos referimos ao grupo como um todo como pós-keynesianos.

Começamos com uma breve descrição de suas visões. No que concerne ao tempo na Economia, os pós-keynesianos o tratam como tempo histórico, e não tempo lógico, como na maior parte da teoria econômica, em particular a teoria neoclássica.<sup>16</sup> Eles enfatizam as noções de que o processo de produção toma tempo, de que o investimento resulta em variações na capacidade produtiva, e de que a compra de ativos se dá com base na expectativa dos agentes de geração de renda no futuro. Os agentes econômicos são obrigados a tomar decisões em um determinado ponto no tempo, decisões estas com conseqüências para o futuro. Porque o tempo histórico é irreversível, as decisões que levam à ação em um determinado ponto no tempo não podem ser canceladas mais tarde; por isso o tempo não pode ser reduzido à ausência de tempo, vale dizer, a uma situação na qual tudo pode se passar simultaneamente.

Os pós-keynesianos atribuem à noção de incerteza um papel central no pensamento econômico keynesiano. Os agentes econômicos têm que tomar decisões em um contexto de incerteza, podendo, no máximo, formar idéias subjetivas sobre os resultados prováveis de suas decisões. O pensamento econômico neoclássico, por tratar a incerteza como risco, essencialmente reduz a incerteza à certeza. Os indivíduos usam probabilidades subjetivas no processo decisório, e as decisões, baseadas em tais distribuições de probabilidade, dependem da certeza com que acreditaram nelas. Muitas das decisões envolvendo eventos futuros — Keynes enfatizou principalmente aquelas associadas ao investimento e à posse de ativos — são tomadas de acordo com costumes, comportamento dos outros e caprichos, e não necessariamente em cálculos atuariais. As decisões dependem, assim, de inúmeras

<sup>15</sup> A designação “pós-keynesiano” vem da principal publicação associada a esta escola, o *Journal of Post Keynesian Economics*. A utilização deste nome acarreta um problema: é que um grupo de economistas, que escreve sob uma outra perspectiva — aquela do equilíbrio de longo prazo no sentido clássico —, também foi incluído nesta denominação. Para distinguir aqueles que nos interessam aqui dos do outro grupo, alguns economistas usaram a designação “pós-keynesianos norte-americanos”. Este nome é inadequado, pois alguns dos integrantes do grupo não são norte-americanos. Coddington (1983) usou a expressão “fundamentalistas” para ressaltar o fato de que os membros do grupo tentam interpretar as palavras de Keynes ao pé da letra, apesar de concordar com Patinkin sobre o fato de que eles agem assim de uma maneira seletiva, a fim de usá-las como um veículo para a difusão de suas próprias visões. Outros economistas, algumas vezes chamados de “pós-keynesianos” [Tarshis (1980) e Harcourt (1985) usaram o termo com um sentido mais amplo para incluir estes outros], têm tentado *estender* a análise de Keynes, fazendo-a mais realista através da introdução da concorrência imperfeita e do exame da questão da distribuição de renda. Os mais proeminentes neste grupo são Kaldor, Eichner e o próprio Harcourt. Não discutiremos seu trabalho aqui, prestando mais atenção àqueles que têm tentado interpretar Keynes e encontrar a essência de sua própria revolução (apesar de que a linha divisória entre eles é indiscutivelmente vaga).

<sup>16</sup> Joan Robinson (1964) é a maior expositora destas visões. Ver, para um resumo de suas idéias, Gram e Walsh (1983) e, ainda, Asimakopulos (1978).

influências que tendem a criar instabilidade, a qual, por sua vez, produz mais incerteza. Frente à incerteza, os indivíduos podem preferir reduzir a compra de ativos menos líquidos (preferir ativos financeiros de curto prazo a investimentos produtivos, por exemplo), reduzindo, assim, a demanda agregada. Daí o desemprego.

Para os pós-keynesianos, é fundamental a importância atribuída por Keynes à noção de que as economias capitalistas são economias monetárias e não economias de troca. A emissão de dinheiro está estreitamente ligada aos conceitos de tempo histórico e de incerteza. O estabelecimento do uso do dinheiro pode ser pensado como uma resposta à incerteza, como uma maneira de adiar a tomada de decisões; sem incerteza não haveria necessidade de reter moeda, exceto para fins transacionais normais. O dinheiro proporciona uma âncora, à qual as condições dos futuros pagamentos estariam fixadas, que permite reduzir a incerteza. Mas, ao reduzir a incerteza, o dinheiro também a cria: o fato de que a maioria dos contratos são denominados em termos monetários, e de que nas sociedades modernas o dinheiro é criado por entidades privadas, pode ser responsável por isto. A existência de dinheiro está na raiz do desemprego devido à deficiência de demanda. Na ausência do dinheiro, os agentes ofertariam mercadorias somente com o objetivo de demandar outras, fazendo vigorar a lei de Say. E, ainda, o pagamento de salários, na forma de mercadorias, significa que as empresas poderiam pagar seus trabalhadores com os bens que estes produzem, resolvendo assim o problema da demanda efetiva. A teoria neoclássica, ao começar sua análise com economias de troca, e depois introduzir o dinheiro de maneira tal que, *prima facie*, não faz qualquer diferença introduzi-lo ou não, fica impossibilitada de incorporar o ponto central da revolução keynesiana.

Finalmente, crêem os pós-keynesianos, o conceito analítico de equilíbrio não é um instrumento útil, sendo, de fato, enganoso. O equilíbrio, um conceito central na teoria neoclássica, é um artifício inapropriado se aplicado à análise do “mundo real”, em que o tempo passa em termos históricos. As economias capitalistas são inerentemente instáveis e não estão em um (ou tendem para um) estado tranqüilo de equilíbrio.

Nem todos os pós-keynesianos têm idéias parecidas a respeito destes pontos e de sua importância no trabalho de Keynes. Provavelmente, todos enfatizariam a noção de tempo histórico e acentuariam o papel da incerteza no trabalho de Keynes. No entanto, o papel de fatores monetários e a instabilidade das economias capitalistas (e a crítica ao emprego do equilíbrio na análise econômica) são enfatizados por alguns mais que por outros.

A origem do pensamento pós-keynesiano remonta aos anos imediatamente posteriores à publicação da *Teoria Geral*. Townshend (1937) explicou detalhadamente as implicações da incerteza e das expectativas para a teoria de preços neoclássica. Em uma série de trabalhos, Shackle (1938, por exemplo) enfatizou a natureza da incerteza descrita por Keynes e suas implicações para a tomada de decisão e o funcionamento da economia.

Joan Robinson enfatizou repetidas vezes a importância da idéia de tempo histórico na teoria de Keynes e questionou o uso da noção neoclássica de equilíbrio e a análise da estabilidade em teoria econômica. O trio de pós-keynesianos norte-americanos — Davidson, S. Weintraub e Wells — focalizou o papel do dinheiro na *Teoria Geral* e argumentou que o desemprego é uma característica particular das economias monetárias. Minsky enfatizou o papel do financiamento do investimento, o papel dos bancos e a estrutura do passivo das empresas; sua visão, hoje muito difundida, é de que as economias capitalistas são inerentemente instáveis. Metzler enfatizou o papel das expectativas e do dinheiro da mesma maneira que os outros pós-keynesianos, apesar de diferenciar seu trabalho dos demais ao afirmar — sem se justificar adequadamente — que o sistema capitalista é essencialmente estável.<sup>17</sup>

Agora estes, que não hesitaríamos em denominar “pós-keynesianos”, outros economistas expressaram idéias semelhantes sem que sejam, a rigor, pós-keynesianos. Dentre eles, Clower (1967) destacou o papel do dinheiro como causador da deficiência de demanda efetiva. Leijonhufvud (1968) discutiu as implicações da deflação de preços na oferta de dinheiro e na demanda agregada. Teóricos walrasianos, como Arrow e Hahn (1971) e Hahn (1977) argumentaram que, se o dinheiro fosse apropriadamente incorporado ao modelo de equilíbrio geral do tipo Arrow-Debreu, surgiriam problemas na demonstração da existência do equilíbrio. Mesmo Hicks (1976), criador do modelo IS-LM, objeto de crítica predileto dos pós-keynesianos, virou-se contra si mesmo e enfatizou o papel do tempo na teoria de Keynes.

Evidentemente, Keynes teve muito a dizer sobre estes temas. Sobre a incerteza, seu tratamento se desenvolveu muito cedo [ver Keynes (1973b)].<sup>18</sup> O Cap. 12 da *Teoria Geral* e um outro artigo respondendo a comentários sobre o livro [Keynes (1937)] deixam clara a importância que dava à incerteza. Estas preocupações não se restringem a este capítulo e ao artigo. O Cap. 5 examina o papel das expectativas de curto e longo prazos. No entanto, no Cap. 11, que discute os determinantes do investimento, o tratamento é essencialmente fisheriano, sendo reduzido o papel desempenhado pela incerteza e pelas expectativas. Em relação ao dinheiro, sua influência na análise é omitida na exposição inicial do princípio da demanda efetiva, no Cap. 3 da *Teoria Geral*. Aqueles pós-keynesianos que argumentam estar Keynes basicamente preocupado com economias monetárias apóiam seu argumento na análise desenvolvida no Cap. 17, em que são examinadas as propriedades essenciais do juro e do dinheiro.

<sup>17</sup> Outros que podem também ser categorizados como pós-keynesianos: Asimakopulos (1978) e Kregel (1976). Ver Chick (1983) para uma apresentação cuidadosa das idéias pós-keynesianas com alguns ingredientes pós-keynesianos.

<sup>18</sup> Para uma discussão das noções de Keynes a respeito da incerteza e da probabilidade, e suas relações com a *Teoria Geral*, ver Cochrane (1971), E. Weintraub (1975) e Stohs (1980).

Dedicamo-nos a seguir a uma apreciação detalhada da temática pós-keynesiana. Em relação ao tempo, deve-se ter claro que o fato de ele ser, a rigor, histórico, não implica que, diante de determinados objetivos, não possa ser reduzido à dimensão lógica. Na ausência de incerteza (ou na presença de mercados futuros completos), o tempo e o risco podem ser legitimamente eliminados em um sistema de equilíbrio geral estático. Mesmo na presença de incerteza, se as decisões são completamente reversíveis, as posições finais de equilíbrio podem ser estudadas, tratando o tempo como essencialmente lógico. Parece-nos que a força do argumento favorável ao tratamento exclusivamente histórico do tempo se reduz face à relevância dos demais temas. Senão, vejamos.

Os argumentos acerca da incerteza são extremamente persuasivos. Não se coloca em questão o fato de que é freqüente a tomada de decisões econômicas que envolvem possibilidades futuras, às quais probabilidades objetivas não podem ser associadas. “Experimentos” não podem ser repetidos sob as mesmas condições, inviabilizando cálculos atuariais.<sup>19</sup> A questão relevante, contudo, diz respeito à forma como a incerteza interfere no comportamento da economia. Segundo os argumentos de Keynes e dos pós-keynesianos, duas são as principais conseqüências da incerteza: *a*) o desemprego resultante do comportamento das firmas que, diante da incerteza, realizam gastos de investimento não necessariamente compatíveis com o pleno emprego; e *b*) a instabilidade do sistema econômico.

Em relação ao desemprego, a força do argumento parece óbvia. Se as firmas têm pleno conhecimento do futuro (ou se o risco pode ser reduzido a cálculos atuariais), não haveria razão para que não investissem o valor total da poupança correspondente ao pleno emprego. Diante da incerteza, as empresas, contudo, podem não investir este nível de poupança. No entanto, pode-se argumentar — como fazem alguns contemporâneos de Keynes — que, apesar do pessimismo e da redução do investimento, o produto de pleno emprego tendencialmente será produzido, já que na presença de desemprego os salários tendem a cair, induzindo as empresas a contratar mais trabalhadores; e, se o investimento for insuficiente em relação à poupança, a taxa de juros cairá, fazendo retornar a igualdade entre poupança e investimento. Keynes responde a ambas as questões. Uma queda nos salários não induziria necessariamente a uma maior contratação de trabalhadores, já que poderia antes aumentar a incerteza na economia e, de forma inversa, reduzir a demanda agregada; e, como a renda cairia a fim de fazer retornar a igualdade entre poupança e investimento, não haveria nenhuma razão para que a taxa de juros declinasse. Mesmo se isto acontecesse, a poupança e o investimento não seriam necessariamente afetados nas direções adequadas para a recuperação do nível de emprego (retornaremos a estes argumentos mais adiante).

<sup>19</sup> Críticas a este argumento, em Coddington (1983, p. 57), por exemplo, parecem passar ao largo da distinção entre risco e incerteza.

No que se refere à instabilidade, argumenta-se que a existência da incerteza faz com que os agentes econômicos tenham distribuições de probabilidade subjetivas em relação aos eventos futuros, bem como diferentes graus de confiança com relação a estas distribuições. Pequenas modificações na atual conjuntura poderiam mudar drasticamente tais graus de confiança, tornando o sistema inerentemente instável. Todavia, este argumento pode não ser completamente persuasivo, mesmo se aceitarmos a noção de incerteza. Na presença de incerteza, os agentes individuais podem encontrar alguma tranqüilidade ao seguir o método simples e prático de manter um comportamento estável quando as condições se tornam adversas, e somente revisar suas ações face a mudanças significativas. Deste modo, face a pequenas mudanças na conjuntura, a economia se manteria relativamente estável. Mas o argumento em favor da instabilidade poderia ir além. Mudanças externas, ainda que pequenas (em média), podem ser grandes o bastante para alguns agentes — que, alterando seu comportamento, afetariam a conjuntura — e, de forma cumulativa, criar uma grande dose de incerteza para todos os agentes.<sup>20</sup>

Recentemente, Coddington (1983) promoveu ataques ao argumento da instabilidade, os quais, a nosso ver, merecem exame crítico. Ele argumenta que o comportamento do investidor pode exibir flutuações erráticas se: "(1) as condições correntes mudarem erráticamente, levando a crenças flutuantes acerca de circunstâncias futuras; ou (2) as crenças mudarem erráticamente sem mudanças correspondentes nas condições básicas." Ele acredita que a instabilidade discutida pelos pós-keynesianos (e Keynes) está necessariamente associada à segunda opção dentre as duas, já que, se originária da primeira, não seria verdadeiramente autônoma. Assim, Coddington argumenta que a instabilidade advém de uma separação subjetiva entre comportamento e circunstância. Mas, uma vez introduzido o subjetivismo, pergunta-se ele: por que introduzi-lo seletivamente no investimento privado e no comportamento dos possuidores de ativos e não no consumo e despesas governamentais? Mais que isso, argumenta, separando o comportamento da circunstância, o caminho estará aberto para que qualquer coisa seja possível ou possa acontecer. Em primeiro lugar, Coddington parece-nos equivocado ao insistir em que a instabilidade se deva tão-somente a mudanças de comportamento e não às circunstâncias. Mudanças no estado de confiança podem estar associadas a mudanças nas circunstâncias externas, que não são necessariamente variáveis do modelo, já que algumas delas podem ser dados implícitos, e isto se segue ao uso de um tipo particular de dicotomia, coisa que Coddington — dada a sua contribuição sobre a natureza das dicotomias analíticas — deveria ter compreendido. Existem razões legítimas para que estas "circunstâncias" sejam

<sup>20</sup> Um exemplo seria a ocorrência de poucas porém significativas perdas, afetando um número reduzido de pessoas (tão pequeno que a lucratividade média não se alterasse). Mas se as perdas forem suficientemente grandes para abalar a confiança dos empresários com quem os atingidos mantêm um contato regular, isto provavelmente reduzirá seus níveis de investimento e, deste modo, afetará a demanda agregada.

parâmetros: algumas podem ser políticas e verdadeiramente exógenas ao modelo; outras podem ser insignificantes para a economia, mas importantes para alguns indivíduos; e, além disso, a relação entre estas circunstâncias e o comportamento não é estável, mas influenciada por forças psicológicas sobre as quais os economistas — assim como os psicólogos — têm restrita compreensão. Mas é preciso admitir que temos alguma compreensão, ainda que informal, acerca destes problemas.

Quanto à introdução seletiva da incerteza, o ponto é injusto e irrelevante. Injusto porque Keynes e os pós-keynesianos já defenderam convincentemente a idéia de que o investimento e a posse de ativos envolvem um processo de tomada de decisão, o qual supõe considerações que dizem respeito à rentabilidade futura muito mais do que os gastos com consumo; e, ainda que a instabilidade nos gastos do governo exista, ela não está baseada nas mesmas razões, associadas à rentabilidade futura, que são inerentes às atividades dos agentes da iniciativa privada. Isto é irrelevante porque tudo o que Keynes necessita é introduzir a incerteza em algum ponto. Se ela é igualmente distribuída entre todas as decisões, a instabilidade da economia se torna excessiva (e mesmo o valor do multiplicador se torna instável).

Voltando-nos agora para o papel do dinheiro, as afirmações dos pós-keynesianos são, em sua maioria, válidas, mas, parece-nos, vão além do que deveriam. Que o dinheiro não é adequadamente considerado na teoria do equilíbrio geral, e que sua incorporação de uma maneira adequada causaria sérios problemas, tudo isto foi candidamente admitido pelo menos por um de seus membros mais competentes, Hahn.

Os pós-keynesianos têm por várias vezes afirmado que em uma economia sem dinheiro não pode haver desemprego, de tal modo que a essência da revolução keynesiana é sua adequada análise do dinheiro. Um argumento já desenvolvido acima é o de que, se as empresas pagassem seus empregados, não em dinheiro mas em mercadorias, elas estariam automaticamente criando uma demanda por seus produtos. Este argumento não é persuasivo em um mundo com várias mercadorias, onde os consumidores-trabalhadores não são especializados em consumo, insistindo no pagamento dos salários em termos de suas cestas de produtos e, logo, em dinheiro. O outro argumento é que um ativo, tal como o dinheiro, é necessário para introduzir uma separação entre renda e despesa: os indivíduos podem demandar dinheiro, que pode ser produzido sem gerar emprego. Alguns autores, tais como Drazen (1980), argumentam que o dinheiro não é necessário para divorciar a renda do gasto corrente: a existência de qualquer ativo não-produzido desempenharia o mesmo papel. Isto é verdadeiro para um agente individual, mas não a nível agregado, já que a compra de tal ativo por um indivíduo colocaria poder de compra nas mãos dos vendedores, os quais poderiam despendar suas receitas em mercadorias cuja produção é geradora de emprego. Assim, a existência do dinheiro parece ser condição necessária para proporcionar uma discrepância entre renda e gasto que resultaria finalmente em desemprego.

Não obstante, isto não é condição suficiente para demonstrar a ocorrência de desemprego. Deve-se mostrar que, em uma economia monetária, o desemprego é possível (não é necessário insistir na condição de suficiência, uma vez que Keynes, ele mesmo, não negou que uma economia monetária pudesse circunstancialmente funcionar a pleno emprego).

Suponhamos que, ao invés de gastar seu dinheiro comprando bens, os indivíduos preferam entesourá-lo, elevando assim o “preço” da liquidez e fazendo com que a demanda por ativos convirja para outros ativos, os quais teriam sua produção estimulada. Neste ponto, Davidson (1972 e 1980) relembra a segunda propriedade essencial do dinheiro: grau zero de substituição em relação a outros ativos (a primeira sendo a elasticidade zero em relação ao produto e ao emprego, isto é, mais dinheiro ou não pode ser produzido, ou pode ser produzido sem levar ao aumento do emprego), que impede a substituição do dinheiro por outros ativos, presumivelmente devido à característica singular em relação à liquidez que o dinheiro possui. Aqui devemos concordar com Friedman (1971) sobre o fato de que Davidson “parece partir da proposição de que não existe uma posição de equilíbrio de longo prazo caracterizada pelo pleno emprego, para tentar deduzir as características empíricas do dinheiro (e outros elementos da economia) a partir desta proposição”. Isto não demonstra que a existência de algo empírico chamado dinheiro implique desemprego; isto somente nos fornece uma definição acerca de quais propriedades o dinheiro deve ter para que sua existência resulte em desemprego. Tal dinheiro não precisa existir. Ao se utilizar apenas dessas duas propriedades essenciais do dinheiro, contudo, Davidson está sendo injusto consigo mesmo. As outras conseqüências institucionais que ele e outros pós-keynesianos discutem — tais como a incerteza, os contratos em termos monetários e a endogeneidade da oferta de dinheiro, junto com o limitado grau de substituição — podem ser suficientes para implicar desemprego na economia (mostraremos isto mais adiante).

Finalmente, consideremos a questão do equilíbrio. Vimos que, segundo vários pós-keynesianos, o equilíbrio é uma ferramenta que induz à visão segundo a qual a economia encontra-se ou tende a uma posição de tranquilidade, um estado de repouso. Já que a economia é (de acordo com a interpretação pós-keynesiana) inerentemente instável e está em constante movimento, devido, principalmente, a mudanças bruscas no nível de investimento, o equilíbrio não é um mecanismo adequado para a análise keynesiana da economia. Há, na realidade, dois problemas aqui: o primeiro diz respeito à natureza inerentemente instável da economia; e o segundo à propriedade analítica da utilização do equilíbrio. Já examinamos a primeira questão; nos debruçaremos agora sobre a segunda.

Mesmo se acreditarmos que a economia é inerentemente instável, isto não implica que rejeitemos a análise de equilíbrio. Ao rejeitá-la em sua concepção neoclássica, os pós-keynesianos correm o risco de jogar fora a

criança junto com a água da bacia. A noção de equilíbrio — retiradas as influências neoclássicas — consiste somente em especificar um conjunto de dados e fixar seus valores e encontrar os valores das variáveis dependentes no equilíbrio.<sup>21</sup> Não existe qualquer razão para supor que a economia se encontra realmente em um ponto de equilíbrio, mas apenas que há forças que a fazem tender para uma posição de equilíbrio. Por outro lado, mesmo fazendo-se a hipótese heróica de que a economia esteja permanentemente em equilíbrio, ela não estará necessariamente em um estado tranqüilo, dado que os parâmetros que são considerados constantes na *definição* do equilíbrio podem se modificar a todo momento, de acordo com suas próprias leis de movimento, que evidentemente poderiam ser endogeneizadas em um modelo mais inclusivo.<sup>22</sup>

A rejeição das análises de equilíbrio de qualquer tipo implica a rejeição de modelos formais. Embora haja muito espaço para o que Shackle (1984) denominou de trabalhos “retóricos” em economia, em oposição a trabalhos “axiomáticos”, há o risco de incorrer-se ao mesmo tempo em obscuridade interna e redução na comunicação entre economistas de diferentes correntes. Com o *mainstream* neoclássico tendo optado (com ou sem razão) pelo formalismo técnico como parte de sua moralidade metodológica [ver Dow (1980)], corre-se o risco de a economia pós-keynesiana permanecer ignorada pela profissão. Solow (1979), na sua revisão dos tratamentos alternativos à teoria macroeconômica, pronuncia o seguinte julgamento desfavorável:

“Alguns dos pós-keynesianos parecem dar... ênfase à dinâmica, à instabilidade ou, pelo menos, à não-estabilidade da economia capitalista... fazendo disto a essência de sua doutrina. Mas não posso ver como associar esta visão aos ataques violentos ao modo norte-americano de construir modelos, que normalmente a acompanha. Poder-se-ia pensar que a instabilidade ou não-estabilidade seria um provável candidato à construção de modelos. A maneira adequada de se fazer macroeconomia dificilmente pode ser *tudo* em contexto histórico e *nada* em estrutura analítica. Infelizmente a escola não forneceu nenhum exemplo ou descrição sistemática do que imagina ser a melhor maneira de fazer Teoria Macroeconômica. Até aqui, o assim chamado pós-keynesianismo parece mais ser um estado de espírito que uma teoria.”

<sup>21</sup> Ver Shapiro (1978) para uma visão contrária, onde se argumenta que o ponto de vista neoclássico da economia é inerente a qualquer análise de equilíbrio, coisa que não podemos aceitar.

<sup>22</sup> Qualquer teorização — seja ela formal ou não — deve envolver algum tipo de dicotomia, o que significa que a teoria explicará o comportamento de algumas variáveis e tornará como dado o valor de outras (dados ou parâmetros). Embora a relativa estabilidade no tempo de algumas variáveis possa ser uma razão para tomá-las como dados, esta não é a única. Outra seria o fato de que algumas variáveis são excessivamente transitórias e/ou mantêm uma relação que carece de sistematicidade com as demais variáveis [ver Garegnani (1984)].

Keynes, apesar de ter desenhado apenas um diagrama na *Teoria Geral*, e a despeito de sua nota de pé de página [Keynes (1973a, p. 280)] em que declara que “aqueles que (com toda razão) não gostam de álgebra perderão muito pouco se saltarem a primeira seção deste capítulo”, escreve algumas poucas equações na *Teoria Geral*<sup>23</sup> e discute verbalmente em linguagem de modelo sua análise em várias passagens, mais especialmente no Cap. 18. E demonstra a existência do desemprego com o auxílio das estruturas analíticas concebidas por aqueles a que chamava de economistas neoclássicos.

Todavia, não é justo dizer que os pós-keynesianos não desenvolveram nenhum modelo formal para representar suas visões a respeito do funcionamento da economia, ou críticas a modelos alternativos. Eles desenvolveram de modo fiel à análise de Keynes, no Cap. 3 da *Teoria Geral*, o diagrama de oferta e demanda agregada que tem o nível de emprego no eixo horizontal e os valores monetários (o produto de preços e quantidades) no eixo vertical. Há várias derivações do modelo [ver, por exemplo, Weintraub (1958), Davidson e Smolensky (1965), Chick (1983) e Casarosa (1981)]; fornecemos aqui uma breve descrição de uma representação logicamente consistente [ver Dutt (1985) e Amadeo (1987b)].

Suponhamos que as empresas sejam perfeitamente competitivas no sentido de produzirem um produto homogêneo como agentes atomísticos. Entretanto, elas não possuem um perfeito conhecimento do futuro e são obrigadas a fazer planos de produção antes de ter conhecimento de qual será o preço no momento da venda; supomos que as firmas formam uma estimativa pontual do preço, que reflete suas expectativas de curto prazo. Elas têm também que investir de forma a produzir em um futuro mais distante, e tais decisões são governadas por suas expectativas de longo prazo. Imaginemos que, dadas as expectativas de longo prazo, as empresas planejam investir uma determinada quantia em termos reais. Existem somente duas classes de renda: dos trabalhadores, que recebem um salário nominal fixo e consomem toda sua renda, e dos capitalistas, que recebem lucros e consomem uma quantia fixa em termos reais.<sup>24</sup> As empresas são idênticas, de forma que podemos nos utilizar do artifício da empresa representativa.

No “dia” de Keynes, ou no período de mercado de Marshall, as empresas têm um dado preço esperado e produzem para maximizar os lucros esperados. O nível de emprego na economia é determinado pela interseção da curva de oferta agregada ( $Z$ ) com a curva de receita esperada ( $E$ ) no

<sup>23</sup> Os capítulos são: 3, 4, 6, 8, 10, 13, 15, 19 (Apêndice), 20 e 21.

<sup>24</sup> Somente em um parágrafo no Cap. 19 (e talvez uma alusão no Cap. 8) Keynes faz a distinção entre classes de renda. Muitos pós-keynesianos, não obstante, distinguem as classes em seus modelos.

Gráfico 6. A curva  $Z$  representa o nível de maximização de lucros do valor do produto correspondente a qualquer nível de emprego:

$$Z(N) = W F(N) / F'(N) \quad (1)$$

para um dado  $W$ , o salário nominal. A curva  $E$  representa o valor do produto correspondente a qualquer nível de emprego, dado o preço esperado:<sup>25</sup>

$$E(N) = p^e F(N) \quad (2)$$

Nas equações,  $N$  é o nível de emprego e  $F(N)$  a função de produção (dado o estoque de capital). Ambas as curvas são obviamente crescentes, sendo a curva  $Z$  mais inclinada que a curva  $E$ . Notemos que no ponto de interseção temos:

$$W/p^e = F'(N) \quad (3)$$

o que implica maximização de lucros a um dado preço esperado. Não existe qualquer razão, no entanto, para se acreditar que a expectativa de preços irá se realizar; se isto acontecesse, as receitas esperadas se igualariam às receitas realizadas. No período de mercado, dados o produto e o emprego escolhidos pelas empresas, o preço do produto,  $P$ , se ajustará para equilibrar o mercado, igualando demanda agregada e produto. Dados estes pressupostos e representando o nível real de investimento e consumo capitalista por  $I$ , o equilíbrio é dado por:

$$F(N^*) = [W N^*]/p + I \quad (4)$$

sendo, então, o preço de equilíbrio correspondente ao período de mercado:

$$p = [W N^*]/[F(N^*) - I] \quad (5)$$

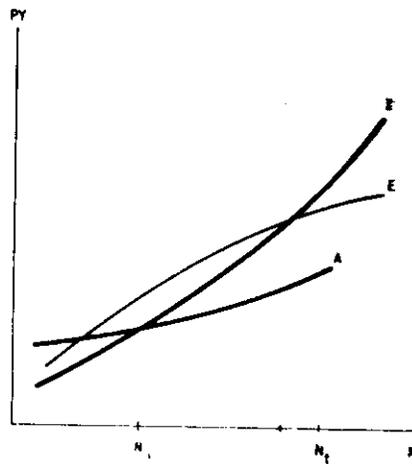
Podemos traçar, assim, a curva de receita realizada, curva  $A$ , mostrando a relação entre o valor do produto realizado pelas empresas no mercado e o nível de emprego, que é dada por:

$$A(N) = [W N F(N)]/[F(N) - I] \quad (6)$$

Se o preço esperado for maior (menor) que o preço de mercado,  $E(N)$  será maior (menor) que  $A(N)$  para qualquer  $N$ .

<sup>25</sup> Empresas atomísticas não podem ter expectativas a respeito da quantidade de vendas.

Gráfico 6



Após o “dia”, se a expectativa não se realizar, a empresa revisará suas expectativas de preço. Suponhamos que, se  $p^e > p$ , a empresa revisará seu preço esperado para baixo (mas não abaixo de  $p$ ), e vice-versa para o caso contrário. No curto prazo, isto implicará uma série de mudanças no equilíbrio do preço de mercado, com a curva  $E$  se movendo para cima (se  $p^e$  cresce) e para baixo (se  $p^e$  cai). Em equilíbrio de curto prazo, as expectativas de preço da empresa devem ser satisfeitas de forma que ela não tenha motivos para modificar seu nível de emprego, devendo a curva  $E$  ter-se movido de forma a interceptar as curvas  $A$  e  $Z$  no seu ponto de interseção. Notemos que não há

qualquer razão para que o nível de emprego de equilíbrio de curto prazo corresponda ao pleno emprego. No gráfico, o nível de emprego de equilíbrio de curto prazo  $N_1$  é menor que o nível de pleno emprego  $N_2$ , o qual corresponde ao nível de emprego em que o produto marginal do trabalho é igual à desutilidade marginal do trabalho. Notemos, ainda, que, se ocorre uma queda no nível do salário nominal em resposta ao desemprego, as curvas  $A$  e  $Z$  se moverão para baixo de modo equidistante, ficando o nível de emprego de equilíbrio de curto prazo inalterado, e dado — das equações (1) e (6) — por:

$$N = G(I) \quad G' > 0 \quad (7)$$

onde  $G^{-1} = F(N) - NF'(N)$ .

Os pós-keynesianos têm usado modelos deste tipo para criticar aqueles que fazem economia keynesiana com auxílio do modelo de renda-despesa (o diagrama de 45° e seus desenvolvimentos posteriores, inclusive o IS-LM), atribuindo a eles o termo “keynesianismo bastardo”. Argumentam que: *a)* o nível de produto é determinado pela interação entre demanda (consumo, investimento) e oferta (tecnologia, salários), e não pela demanda apenas, como acontece no modelo convencional; *b)* o nível de preço é uma variável endógena no curto prazo, e não fixa ou rígida, como no modelo IS-LM ou nas asserções feitas por Leijonhufvud (1968); *c)* como as curvas  $Z$  e  $A$  se interceptam para determinar o nível de emprego, a demanda por trabalho depende da demanda por bens e não pela curva de produto marginal, como no modelo dos keynesianos bastardos; e *d)* a rigidez dos salários não causa desemprego, como argumentam os keyne-

sianos bastardos, uma vez que reduções do salário nominal não farão desaparecer o desemprego.

Apesar de o modelo pós-keynesiano apresentado ser internamente consistente e, em princípio, fiel à discussão de Keynes nos Caps. 3 e 5 da *Teoria Geral*, ele não suporta o peso de todas as críticas feitas em seu nome. Ele obviamente mostra que Keynes não supôs um nível de preços fixo (como no modelo IS-LM) e que a chamada "revolução keynesiana" independe da reversão na velocidade de ajuste de preços e quantidades, como afirma Leijonhufvud. Se o modelo convencional está equivocado é por supor que a demanda agregada é independente de mudanças nas variáveis nominais, salários e preços (o que permite, legitimamente, que o valor do produto de equilíbrio de curto prazo dependa tão-somente da demanda agregada em termos reais). A curva de demanda por trabalho, ao supor concorrência atomística, não pode tomar a demanda por bens como um argumento; assim, a curva de produto marginal seria ainda a curva de demanda por trabalho, com as empresas empregando força de trabalho até o ponto em que o salário real *esperado* se tornar igual ao produto marginal do trabalho. Finalmente, a afirmação de que a flexibilidade dos salários não restabelece o pleno emprego não pode ser sustentada adequadamente em termos do modelo pós-keynesiano. Segundo a síntese neoclássica, associada ao modelo keynesiano convencional, a flexibilidade dos salários restabeleceria o pleno emprego através do assim chamado efeito-Keynes, segundo o qual uma redução do salário nominal aumenta a oferta real de dinheiro na economia, reduzindo a taxa de juros e elevando assim o investimento e o nível de demanda agregada. Pigou e, depois, Patinkin adicionaram o efeito liquidez real (não mencionado por Keynes na *Teoria Geral*, ainda que discutido em sua correspondência com Robertson), através do qual um aumento da oferta real de dinheiro estimula diretamente o gasto. Estas considerações, de cunho essencialmente monetário, estão ausentes no modelo pós-keynesiano, já que, por hipótese, o nível real de investimento é dado. Por isso, nem o efeito Keynes nem tampouco o efeito Pigou-Patinkin (que redundariam em deslocamentos assimétricos das curvas *A* e *Z*, dada uma variação do salário) podem ser contemplados no modelo pós-keynesiano.<sup>26</sup>

Isto não significa que os pós-keynesianos estejam errados, mas apenas que o modelo em si não produz os resultados preconizados. De fato, a posição pós-keynesiana pode ser adequadamente apresentada em termos do modelo convencional ou keynesiano bastardo de ampla divulgação através dos livros-texto de macroeconomia [ver Dutt (1987)]. Este modelo emprega curvas de demanda e oferta agregada, mas plota o produto real no eixo horizontal e o nível de preços no eixo vertical.

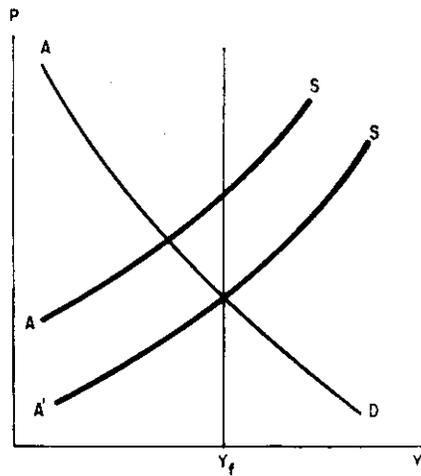
A apresentação usual traça uma curva de demanda agregada decrescente, *AD* no Gráfico 7, que é decrescente devido ao efeito-Keynes ou ao efeito liquidez real (Pigou-Patinkin). A curva de oferta agregada, *AS*, é cres-

<sup>26</sup> Yellen (1980) usou o mesmo raciocínio para criticar um modelo pós-keynesiano ligeiramente diferente.

cente, dado o salário nominal. Para a economia descrita no modelo pós-keynesiano, a curva  $AS$  seria dada por:

$$p = W/[F'(F^{-1}(Y))] \quad (8)$$

Grafico 7



A interseção das curvas  $AD$  e  $AS$  determina o nível de produto de equilíbrio de curto prazo, que pode ser menor que  $Y_f$ , correspondente ao pleno emprego da força de trabalho. Havendo desemprego, o salário cai com o tempo, deslocando a curva  $AS$  para baixo, até que o nível de produto de equilíbrio de curto prazo resulte igual ao nível de pleno emprego. O desemprego persistirá somente se o salário monetário for rígido, impedindo a economia de deslocar-se ao longo da curva  $AD$  na direção da posição de pleno emprego.

Esta análise implicitamente supõe que a curva  $AD$  é: a) decrescente; e b) não se move quando a

curva  $AS$  se desloca. A seguir demonstramos que estas asserções somente se sustentam se ignorarmos arbitrariamente uma série de efeitos enfatizados por Keynes e/ou pelos pós-keynesianos. Na discussão, supomos que a curva  $AD$ , assim como a curva  $AS$ , é traçada segundo um dado salário nominal. Eis então os efeitos arbitrariamente esquecidos pela síntese neoclássica da teoria keynesiana ou, o que é o mesmo, pela ortodoxia keynesiana:

Em primeiro lugar, o nível de investimento pode não responder positivamente à queda da taxa de juros, desaparecendo, assim, uma razão para que a curva  $AD$  seja negativamente inclinada. Em um mundo de incertezas, Keynes chamou a atenção para o fato de que as decisões de investimento dependem grandemente dos rendimentos prospectivos, vale dizer, das expectativas de longo prazo, mitigando, assim, o papel do custo do capital na decisão de investir (*Teoria Geral*, Cap. 12).<sup>27</sup>

Em segundo lugar, o efeito liquidez real fornece um quadro incompleto das mudanças na demanda derivadas da queda no nível de preços. Já que a maior parte dos ativos representa relações de débito e crédito entre agentes do setor privado (apenas o *high power money* representa riqueza

<sup>27</sup> O argumento segundo o qual o investimento não responde inversamente à taxa de juros é comum aos pós-keynesianos e keynesianos neo-ricardianos. Entretanto, enquanto os pós-keynesianos argumentariam em termos de incerteza e expectativas de longo prazo, os últimos argumentariam com base na heterogeneidade dos bens de capital, como mostrado acima.

líquida dos agentes privados), o efeito da queda no nível de preços sobre a demanda agregada depende essencialmente da diferença entre as propensões a poupar de devedores e credores e da base monetária.<sup>28</sup>

Em terceiro lugar, a curva *AD* supõe dada a oferta nominal de moeda e, conseqüentemente, ignora a parcela endógena da oferta. Se cai o nível de preços, as empresas podem ter dificuldades para saldar suas dívidas junto aos bancos e muitas delas podem tornar-se inadimplentes, o que resultaria em reduções nos ativos e passivos dos bancos, levando a uma diminuição do crédito monetário. A situação poderia agravar-se com a falência de bancos, tornando ainda mais irrealista a hipótese de exogeneidade da oferta de crédito.<sup>29</sup>

Em quarto lugar, mudanças no nível de preços resultariam em redistribuição de renda, se as rendas nominais dos diferentes grupos não se modificassem proporcionalmente aos preços. O efeito sobre a demanda agregada (ou sobre a inclinação da curva *AD*) depende da diferença entre propensões marginais a gastar dos diferentes grupos.<sup>30</sup>

Em quinto lugar, como sugerido por Keynes, uma queda no nível de preços pode desencadear mudanças nas expectativas sobre o movimento dos preços no futuro (assim como mudanças nas expectativas sobre o comportamento dos salários). Assim, uma queda nos salários e preços levaria a um adiamento da compra de bens (bens de capital, inclusive) se há expectativas de futuras quedas. Obviamente, se há expectativas de que o movimento de queda dos preços se reverterá, o efeito sobre a demanda será positivo. O ponto é que não pode ser feita qualquer afirmação geral de que uma queda dos preços resultaria em uma maior demanda agregada, devido a mudanças nas expectativas inflacionárias. A curva *AD* poderia, assim, ser positivamente inclinada.

Em sexto lugar, se salários e preços caírem, e isto resultar em uma expectativa de queda da taxa de juros de longo prazo, poderá não haver excesso de oferta de dinheiro que faça cair a taxa de juros. A demanda por dinheiro não depende somente da taxa de juros corrente, mas também da taxa de juros esperada. Se cai a taxa de juros esperada, os detentores de riqueza preferirão reter sua riqueza na forma de dinheiro, impedindo a queda da taxa de juros (um curto-circuito no efeito-Keynes).

E, finalmente, se cai a taxa de salário (com o desemprego), o mero reconhecimento de que os salários nominais são flexíveis e que podem flutuar freqüentemente, afetando os custos de produção, faria crescer o

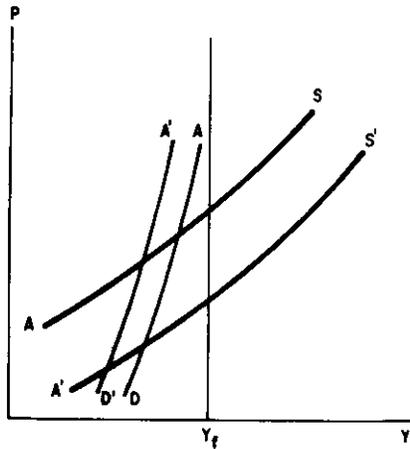
<sup>28</sup> Estes argumentos, desenvolvidos por Kalecki (1944), Minsky (1982), Leijonhufvud (1968), Wells (1979b) e Davidson (1985), não são utilizados por Keynes na *Teoria Geral*, embora haja evidências que fazem supor que ele seria sensível a eles [ver Presley (1986)]. Keynes parece ter tido um importante papel no desenvolvimento das idéias de Robertson a este respeito.

<sup>29</sup> Estas possibilidades já foram exploradas por Wells (1979b), Minsky (1982) e Davidson (1972).

<sup>30</sup> Esta possibilidade foi notada por Keynes (1973a, Cap. 19) e desenvolvida pelos pós-keynesianos, como Davidson e Smolensky (1965).

nível geral de incerteza na economia. Este efeito decorre do fato de o salário nominal ser o principal elemento do custo de produção e, portanto, a unidade de medida *par excellence* em economias capitalistas, conforme argumentam Lerner (1952), Davidson (1972) e Wells (1978 e 1979a). Esta maior incerteza, tudo mais permanecendo constante, reduziria o nível de investimento real na economia, deslocando a curva *AD* para a esquerda. Uma maior incerteza poderia também aumentar a demanda por liquidez, com efeitos deletérios adicionais para o nível de demanda.

Gráfico 8



Segue-se que a curva *AD* poderia ser crescente, como esboçada no Gráfico 8. Havendo desemprego, se cai o salário, mesmo para uma dada curva *AD*, o produto (e, em consequência, o emprego) cairia. Mas a curva *AD* pode, ela mesma, se deslocar para a esquerda, reduzindo, mais além, o produto e o emprego. Nestas circunstâncias, a flexibilidade dos salários poderia aumentar o problema do desemprego ao invés de mitigá-lo. Como resultado do deslocamento das curvas, os níveis de preço e salário cairiam rapidamente.<sup>31</sup>

Diante da incerteza e da ambigüidade resultante da flexibilidade dos salários, seria socialmente desejável estabilizar o salário nominal.

O Estado poderia instituir medidas que fizessem com que as flutuações salariais fossem moderadas. Devido à incerteza, as próprias empresas e famílias, de fato, têm motivos para preferirem oscilações não mais que moderadas de salários e preços [ver, por exemplo, Solow (1979)]. Sendo assim, a curva *AS* seria congelada devido à rigidez dos salários. Mas o argumento keynesiano bastardo está agora de cabeça para baixo! No lugar de a rigidez causar desemprego, é o desemprego (e os fatores que o produzem) que causa (ou induz os agentes a preferirem) a rigidez.

Dois comentários sobre esta análise parecem oportunos. Primeiro, o que foi dito, utilizando-se curvas de oferta e demanda agregada, poderia ser dito utilizando-se as curvas *Z* e *A* do modelo pós-keynesiano padrão: reduções salariais deslocariam as curvas *A* e *Z* assimetricamente de tal modo que o resultado líquido sobre o nível de emprego dependeria dos vários efeitos examinados. Ao mesmo tempo, deve-se notar que não há qualquer

<sup>31</sup> Esta é uma reminiscência da discussão do próprio Keynes sobre o assunto. Ver, por exemplo, esta passagem: "uma pequena flutuação na propensão a consumir e na indução ao investimento causariam um deslocamento rápido dos preços nominais entre zero e infinito" [Keynes (1973a, p. 239)].

razão para supor que o aparato utilizado nos livros-textos é fundamentalmente falho, podendo ser convenientemente utilizado a fim de representar os resultados pós-keynesianos.<sup>32</sup> Segundo, este tipo de formalização sugere que os três aspectos básicos da temática pós-keynesiana — tempo histórico, incerteza e dinheiro — desempenham papéis fundamentais na análise, ao fazer com que a curva *AD* seja positivamente inclinada e fluante. A incerteza está presente no primeiro, quinto, sexto e último argumentos; os fatores monetários no segundo, terceiro, quarto e último argumentos; e o papel do tempo histórico em todos os lugares.

Esta análise sugere que os pós-keynesianos têm contribuições importantes para a explicação do desemprego. A questão que então se coloca é por que os economistas keynesianos ortodoxos e não keynesianos se fazem de surdos diante destes argumentos e incorporam a visão da rigidez de preços e salários, seja devido à existência de contratos ou à ilusão monetária.

Já comentamos acima que o estilo de apresentação geralmente verbal dos pós-keynesianos não combina com a modalidade metodológica do *mainstream* da profissão, que demanda formalismo. Os estudantes da maior parte das universidades, principalmente nos Estados Unidos, não se acercam de Keynes ou dos pós-keynesianos e, ao contrário, são fascinados com o formalismo da teorização *mainstream*. Os pós-keynesianos são parcialmente responsáveis pela desnecessária rejeição ao formalismo, ainda que, de fato, os argumentos utilizados por Keynes e pós-keynesianos sejam menos adequados à formalização que os baseados no método atemporal walrasiano e na noção de rigidez dos salários, como testemunha o crescimento da literatura do tipo Clower-Malinvaud.

Há razões mais profundas, no entanto. A recusa a considerar seriamente a análise pós-keynesiana poderia ser explicada pela tentativa dos economistas de negar o caráter verdadeiramente revolucionário da teoria de Keynes. Keynes faria sentido ainda que supuséssemos que o desemprego se deve à rigidez dos salários: o equilíbrio com desemprego pode ser demonstrado, seu multiplicador funciona e a incerteza e a instabilidade podem ser introduzidas. E se, de fato, os salários são rígidos, o comportamento da economia se assemelharia (apesar de existirem diferenças no detalhamento institucional) ao modelo pós-keynesiano. Os escritos “clássicos” que antecederam a publicação da *Teoria Geral* apontavam para a rigidez dos salários como causa do desemprego, ainda que não tenham explorado completamente suas implicações em relação ao mercado de bens e à demanda agregada. Keynes estava atento a isto. “A teoria clássica se acostumou a associar uma suposta fluidez dos salários nominais ao autoajustamento do sistema econômico e, quando existe rigidez, a responsabilizá-la pelo mal ajustamento” [Keynes (1973a, p. 257)]. Está claro que

<sup>32</sup> O argumento usual de que as curvas pós-keynesianas podem ser traçadas para uma economia com muitas empresas com diferentes expectativas e vários bens, enquanto que as curvas *AD* e *AS* não podem, não se sustenta. Em ambos os casos, hipóteses arbitrárias de agregação são necessárias.

Keynes discorda da noção clássica de que uma queda no salário monetário levaria a economia ao pleno emprego ao induzir as empresas a empregarem mais, dado que esta conclusão omite os efeitos macroeconômicos. Por isso Keynes encarava sua teoria como verdadeiramente revolucionária, por não explicar o desemprego via rigidez de salários. Perguntamo-nos, então, por que os economistas quiseram negar caráter revolucionário à obra de Keynes. As razões podem ser puramente acadêmicas, tais como o desejo de manter intocada a teoria neoclássica tradicional, que conseguiu incorporar a rigidez dos preços e salários — reducionismo reconstituído, tal como Coddington (1983) o denomina — sem destruir a construção neoclássica. Contudo, pode não ser possível introduzir os argumentos pós-keynesianos no sistema de equilíbrio geral de forma adequada, e reconhecer a importância destes traços implicaria abandonar o aparato neoclássico.<sup>33</sup>

Há ainda as razões de caráter ideológico. A remoção do desemprego na interpretação keynesiana ortodoxa parece requerer o corte dos salários e a destruição dos sindicatos, enquanto que na interpretação pós-keynesiana tais mudanças só fariam agravar o desemprego. Assim, aparentemente, o partido que cada um toma depende de que lado se situa na “luta de classes”. Trabalhos recentes sobre a rigidez dos salários, entretanto, mostram que este pode ser o resultado não somente de pressões sindicais, mas dos interesses das próprias empresas de maximizar seus lucros (salários dependem da produtividade), ou dos interesses comuns entre trabalhadores e empresas (teoria dos contratos implícitos).

#### 4 — Os keynesianos neo-ricardianos e os pós-keynesianos

Tendo examinado as análises dos keynesianos neo-ricardianos e dos pós-keynesianos, uma de cada vez, estamos agora em condições de examiná-las de uma maneira comparativa.

Devido ao fato de que os economistas pertencentes a cada grupo têm tentado distinguir seu trabalho da visão alternativa e, realmente, têm demonstrado uma dose de hostilidade neste exercício,<sup>34</sup> parece mais natural começar comparando as principais diferenças entre as análises.

Qualquer comparação deve levar em consideração os riscos de tal empreendimento, uma vez que os dois grupos supostamente trabalham segundo programas de pesquisa distintos. Este fato possivelmente implica que os

<sup>33</sup> Ver Weintraub (1975) para uma resenha sobre a relação entre a teoria do equilíbrio geral e incerteza.

<sup>34</sup> Para os neo-ricardianos em sua crítica aos pós-keynesianos, ver Eatwell e Milgate (1983, Introdução) e Magnani (1983). A crítica inversa pode ser encontrada em Asimakopulos (1985).

grupos atentam para diferentes questões e se utilizam de diferentes linguagens, fazendo de qualquer comparação um exercício arriscado. A vertente neo-ricardiana claramente pertence ao programa de pesquisa sraffiano, com sua dicotomia própria em que o conceito de equilíbrio baseado na uniformidade da taxa de lucro tem destacada importância. Os pós-keynesianos argumentam que dispõem de um “paradigma” próprio [ver Eichner e Kregel (1975)],<sup>35</sup> e pelo menos um não-pós-keynesiano reconhece a existência de um programa de pesquisa pós-keynesiano [ver Weintraub (1985)]. Apesar de ser possível listar os problemas que o grupo considera importantes, o núcleo básico deste programa de pesquisa parece não ter sido suficientemente definido, e, de fato, não acreditamos que possa ser definido.<sup>36</sup> Sendo assim, sentimos-nos à vontade para passar por cima deste problema. Além disso, em relação ao que nos interessa, ambos os grupos parecem estar lidando com pelo menos uma questão idêntica — a existência de desemprego — e não existe qualquer razão para supor que a definição de desemprego difira entre os dois grupos.

Para fins de comparação, é conveniente retornar aos quatro itens identificados com a problemática pós-keynesiana — tempo, incerteza, dinheiro e equilíbrio — e aí então comparar as explicações para a existência de desemprego.

Em relação ao tempo, os keynesianos neo-ricardianos o encaram como tempo lógico, e os pós-keynesianos insistem na idéia de tempo histórico. Já sugerimos que a postura de cada um em relação ao tratamento do tempo, ao fim e ao cabo, se reduz à sua postura frente à incerteza e à natureza do equilíbrio e, portanto, não há nenhuma razão para acreditar que, afora as diferenças decorrentes destes problemas, exista alguma diferença fundamental no que concerne à postura frente ao tempo.

Em relação à incerteza e à formação de expectativas, os pós-keynesianos conferem-lhes papel central em suas análises. No que diz respeito aos keynesianos neo-ricardianos, eles não negam a existência da incerteza e a necessidade de se levar em consideração o fato de que os indivíduos podem formar expectativas acerca do futuro.<sup>37</sup> O que repudiam é a idéia de que os problemas relativos às expectativas — de caráter essencialmente subjetivos — tenham qualquer relação com o equilíbrio de longo prazo — associado a fatores objetivos. As expectativas podem ter alguma relação com

<sup>35</sup> Devemos nos apressar em acrescentar que Eichner e Kregel definem o paradigma mais amplamente do que nós, não excluindo os keynesianos neo-ricardianos e incluindo todos aqueles que estenderam de alguma forma o trabalho de Keynes (ver nota 15).

<sup>36</sup> A explicação se deve, em parte, às diferenças marcantes entre as formações daqueles que deram contribuições à abordagem. Não se pode, contudo, concluir que isto represente uma fraqueza da abordagem pós-keynesiana. De fato, pode-se argumentar que, ao contrário, esta é uma qualidade, por não acorrentar a abordagem a um programa de pesquisa em particular, que acabaria por reduzir sua criatividade.

<sup>37</sup> Ver Kregel (1976) para uma interpretação.

o estudo das questões associadas a desvios com relação à posição de equilíbrio de longo prazo, mas nada de muito preciso pode ser dito sobre o comportamento da economia durante tais desvios, uma vez que nada de muito preciso pode ser dito sobre a formação de expectativas. Na busca de resultados precisos, deve-se relegar a um plano secundário a análise de posições de desequilíbrio e, por isso, evitar a ênfase sobre o papel da incerteza e das expectativas.

Parece haver dois problemas diferentes a dividir os dois grupos. Primeiro, serão os fenômenos de "curto prazo", que claramente dependem das expectativas, passíveis de generalização, ou de análise sistemática? Apesar de os keynesianos neo-ricardianos negarem esta possibilidade, sua negação depende da maneira como entendem a noção de sistematicidade, associada em seu programa de pesquisa com as posições de equilíbrio de longo prazo. Por outro lado, não é que a análise esteja em confronto com o exame de fenômenos transitórios, mas apenas que decidem não fazê-lo. Os pós-keynesianos, por não seguirem a mesma definição de sistematicidade e, às vezes, chegarem a argumentar que as economias são inerentemente instáveis e que, por isso, não devem ser descritas por relações sistemáticas, optaram por analisar os fenômenos de curto prazo e os problemas relativos às expectativas.

Segundo, terão as expectativas e a incerteza alguma influência sobre a posição de equilíbrio de longo prazo neo-ricardiana? Ao ignorarem a história (isto é, a trajetória real da economia) não terão os neo-ricardianos uma noção inexata do equilíbrio de longo prazo? [ver Dutt (1986b)]. Em princípio, os keynesianos neo-ricardianos não podem ser acusados de equívoco neste terreno, já que, ao tomar, por exemplo, os níveis de produto como dados, eles podem, implicitamente, ter levado em conta o papel da história na determinação dos níveis de produto, sem negar com isso o efeito da história (de uma maneira não especificada e desconhecida). Concluímos, assim, que não há necessariamente contradição entre os dois grupos nas suas posturas frente à incerteza e às expectativas. Um grupo meramente escolheu não analisar os fenômenos de curto prazo devido à sua natureza transitória, enquanto o outro decidiu dar este passo.

Em relação ao dinheiro, os pós-keynesianos concedem a ele uma importância capital, enquanto os neo-ricardianos não o consideram em seu núcleo de análise. No entanto, os keynesianos neo-ricardianos percebem a necessidade de incorporar o dinheiro na sua análise para explicar certas características cruciais de uma economia capitalista. Já nos referimos à sugestão de Sraffa (1960) de que os fatores monetários afetam a distribuição de renda, através da taxa de juros, e alguns trabalhos na tradição neo-ricardiana têm explorado este ponto.<sup>38</sup> No entanto, os keynesianos neo-ricardianos não analisam as implicações oriundas da introdução do dinheiro para a análise do produto e do emprego, uma vez que não exami-

<sup>38</sup> Ver Panico (1980 e 1985) e Pivetti (1985) para uma análise deste ponto.

nam de forma sistemática a relação entre distribuição e o nível do produto, ambos dados *ex hipotesis* na sua análise. Com isso, o papel desempenhado pelo dinheiro nas questões relativas ao desemprego não é exatamente negado: no máximo implica que nada sistemático pode ser dito a respeito desta relação.

Em relação ao equilíbrio, os pós-keynesianos e os keynesianos neo-ricardianos situam-se nos dois pólos do espectro. Os neo-ricardianos insistem em que a economia só pode ser adequadamente estudada em termos de posições de equilíbrio de longo prazo, enquanto que os pós-keynesianos restringem-se ao comportamento das economias capitalistas no curto prazo e, ao apontarem para sua instabilidade inerente, negam a aplicabilidade do método de equilíbrio. Os keynesianos neo-ricardianos estão provavelmente certos ao afirmar que, se o conceito de equilíbrio não é empregado, nada de preciso pode ser dito em relação à economia; sugerimos que os pós-keynesianos, ao negarem a noção de equilíbrio, aproximam-se perigosamente do niilismo. Os keynesianos neo-ricardianos, porém, vão demasiado longe ao negar qualquer noção de equilíbrio que não seja a sua própria, que supõe fixos o nível e a composição do produto, a distribuição (entre salários e lucros) e a tecnologia, determinando preços a partir do princípio da equiparação das taxas de lucros. Mesmo se esta noção é útil, não existe qualquer razão para excluir outras noções de equilíbrio, com diferentes conjuntos de variáveis exógenas. Uma noção de equilíbrio compatível com o pensamento pós-keynesiano deveria incluir um conjunto mais vasto de variáveis exógenas (já que, num horizonte mais curto, há um número maior de dados). De fato, na análise de algumas questões, é possível que a dicotomia neo-ricardiana não seja útil [ver Dutt (1986a)]. Concluimos que, em relação às suas posturas frente ao equilíbrio, há diferenças fundamentais a separar os dois grupos, ainda que, em ambos os casos, devido a razões que carecem de argumentos de sustentação suficientemente sólidos. Os pós-keynesianos não precisam descartar a noção de equilíbrio, e os keynesianos neo-ricardianos podem usar sua caracterização particular de equilíbrio sem negar a existência de outras.

Finalmente, há diferenças entre os argumentos neo-ricardianos e pós-keynesianos sobre as causas do desemprego e as falhas nas alegações neoclássicas de que existe uma tendência automática em direção ao pleno emprego. Os keynesianos neo-ricardianos parecem apoiar-se exclusivamente sobre a noção de heterogeneidade do capital, que elimina qualquer correlação necessariamente lógica entre o valor do capital e a taxa de juros. Assim, com a existência de desemprego, se o salário nominal cai, o mesmo acontecendo com a taxa de juros, o nível de demanda por investimento não cresceria necessariamente. Os pós-keynesianos apresentam uma gama de argumentos mais rica, em relação à incerteza e às expectativas, baseada em mudanças na distribuição de renda e no papel das instituições monetárias, a fim de negar o argumento neoclássico. Seus argumentos não só mostram que o investimento não é necessariamente uma função inversa da taxa de juros (usando argumentos associados ao papel das expectativas), mas também que salários nominais em queda podem impedir uma queda

na taxa de juros (ambos os argumentos negam o efeito Keynes), e que preços e salários em queda podem reduzir a demanda agregada através de outros mecanismos, compensando até o efeito liquidez real. No entanto, o ponto a ser notado aqui é que não existe nenhuma inconsistência entre os argumentos do keynesianismo neo-ricardiano e pós-keynesiano.

Após esta análise, somos levados a crer que não parece haver nenhuma contradição sustentável entre os keynesianos neo-ricardianos e os pós-keynesianos, somente uma diferença a respeito das razões por que a economia não tende necessariamente ao pleno emprego a partir das forças de mercado. De fato, há semelhanças fundamentais entre os dois grupos.

A primeira é que nenhum dos dois grupos sustenta que a economia não converge para o pleno emprego devido a imperfeições no funcionamento do mercado. Algumas vertentes do keynesianismo argumentam que o desemprego existe devido à rigidez dos salários (e/ou preços), levando alguns economistas e *policy makers* a acreditar que a remoção de tais imperfeições solucionaria o problema do desemprego. O argumento neo-ricardiano resulta do fato de que os bens de capital são heterogêneos: este é um fato que não pode ser removido, exceto por um estado que invente uma máquina que possa produzir qualquer mercadoria e destrua todos os demais tipos de máquinas e equipamentos! O argumento pós-keynesiano demonstra que mudanças de preços e salários nada farão para evitar o desemprego. A incerteza, os bancos e a existência de diferentes grupos (trabalhadores, arrendadores, capitalistas, empresas) com diferentes padrões de comportamento não são imperfeições de mercado que possam ser removidas. Assim, a remoção das restrições quanto aos determinantes de salários e preços (pela destruição dos sindicatos ou pela promoção da competição em mercados de bens) não livraria a economia do desemprego.

Objetamos a afirmação de alguns neo-ricardianos [Eatwell e Milgate (1983) e Magnani (1983)] de que os pós-keynesianos são “imperfeccionistas”. Se por “perfeito” define-se o mundo retratado pelo sistema de equilíbrio geral walrasiano, associado à noção de que há uma tendência inexorável na direção do equilíbrio dos mercados e plena utilização dos fatores, então, por definição, qualquer um que argumente ser possível a convivência com o desemprego por um longo período (ambos os tipos de keynesianos concordam com isso) é um imperfeccionista. Alternativamente, se por perfeito define-se o modelo da síntese neoclássica, apresentado nos livros-textos, com funções indicando derivadas parciais “bem comportadas” e preços flexíveis, ambos os tipos de keynesianos se tornam imperfeccionistas: os keynesianos neo-ricardianos ao argumentarem que a curva de investimento não é decrescente e os pós-keynesianos ao negarem o mesmo (por razões diferentes) e ao mostrarem que a taxa de juros não cai necessariamente (devido às perversidades na função de demanda por dinheiro ou na endogeneidade da oferta de dinheiro). Ao chamarem os pós-keynesianos de imperfeccionistas, os keynesianos neo-ricardianos tornam-se imperfeccionistas eles mesmos. De fato, ambas as definições de imperfeccionismo implicam uma noção neoclássica de perfeccionismo, uma noção teórica por excelência e baseada em conceitos pertinentes somente

ao programa de pesquisa neoclássico. Se, por outro lado, e de modo mais abrangente, associamos imperfeições a interferências com as livres forças de mercado, que podem, em princípio, ser removidas sem destruir os mercados (a remoção de sindicatos e monopólios, etc.),<sup>39</sup> nenhum dos dois grupos é imperfeccionista. Os neo-ricardianos insistem, além disto, no ponto de que o argumento neoclássico pode ser destruído ao mostrarem que o sistema neoclássico é inconsistente. Esta é uma afirmação que não podemos considerar suficientemente rigorosa.<sup>40</sup>

Segundo, ambos os grupos devem ser interpretados não apenas como sendo contrários à idéia de que o desemprego não é o resultado da rigidez. A ambos deve-se associar a idéia de que a remoção da rigidez (que existe por diferentes razões) poderia desestabilizar a economia ainda mais e aumentar o desemprego. Os pós-keynesianos discutem este ponto explicitamente, como mencionamos na Seção 3. Se os salários nominais fossem perfeitamente flexíveis, a economia estaria sujeita a flutuações recorrentes, e a incerteza aumentaria, aprofundando o problema do desemprego. Os keynesianos neo-ricardianos não se referem explicitamente a este ponto, mas o argumento pode ser destilado de suas análises. Suponhamos que a curva de capital-emprego é crescente e mais inclinada que a curva de poupança (como traçada no Gráfico 1). Então, se há excesso de poupança em relação ao investimento, a taxa de juros cairia, aumentando a defasagem entre poupança e investimento. A taxa de juros simplesmente não cumpriria o papel de variável de ajuste, e os níveis de produto e emprego cairiam progressivamente. Se a taxa de juros cai mais rapidamente que o produto, a economia se mostrará altamente instável com a taxa de juros caindo sem limites. Isto não destruiria o resultado neo-ricardiano de que haveria desemprego, mas faria a economia parecer mais instável do que é na realidade. A solução de Sraffa seria sugerir que a taxa de juros fosse feita rígida pelas autoridades monetárias. Mas isto não é a causa do desemprego. A remoção da rigidez da taxa de juros *aumentaria* a incerteza na economia e, presumivelmente, o desemprego!

Nossa conclusão, a partir desta comparação, é de que não existe necessariamente uma contradição fundamental entre os dois grupos. A questão que permanece é porque eles têm-se desentendido tanto. As razões, acreditamos, podem ser atribuídas a dois fatores.

O primeiro diz respeito à sociologia da ciência. Pode-se argumentar que existe uma tendência natural entre minorias de buscarem suas raízes e encontrarem formas para estabelecer suas identidades. Os economistas não

<sup>39</sup> A força deste argumento é reduzida de alguma forma, uma vez que, diriam alguns, tal "rigidez" é parte intrínseca do funcionamento dos mercados em economias capitalistas industrializadas, e removê-la significaria, em última instância, o colapso do livre mercado.

<sup>40</sup> Os neo-ricardianos, na melhor das hipóteses, mostraram que a convergência para um equilíbrio de pleno emprego neoclássico pode ser instável. Mas eles tampouco demonstraram que seu próprio equilíbrio, com taxas de lucro equiparadas intersetorialmente é estável [ver, por exemplo, Hahn (1982) e Dutt (1986a)].

são uma exceção. Marx buscou diferenciar seu trabalho associando quase tudo que tinha sido escrito antes dele à “economia política burguesa”. Keynes, de maneira semelhante, denominou de economistas “clássicos” um grupo que vai de Ricardo a Pigou. Economistas não-ortodoxos, em ambas as tradições, marxista e keynesiana, tentam também enfatizar as diferenças entre as suas idéias e as dos economistas do *mainstream*. Por isso há uma tendência de retorno ao texto original (*O Capital*, de Marx, e a *Teoria Geral*, de Keynes), e identificação de suas idéias com as “verdadeiras” concepções marxistas e keynesianas.

As duas vertentes keynesianas discutidas aqui exploram diferentes dimensões da *Teoria Geral*. Em suma, os pós-keynesianos enfatizam o papel do dinheiro e da incerteza, enquanto que os keynesianos neo-ricardianos enfatizam o mecanismo do multiplicador, o papel do produto como variável de equilíbrio entre poupança e investimento. Ao agirem assim, estão, de fato, buscando suas identidades: estão focalizando suas análises sobre o que consideram ser os elementos verdadeiramente revolucionários e inovadores das idéias de Keynes. Uma importante razão para a existência de dois grupos de keynesianos não pertencentes ao *mainstream* é o fato de que o próprio Keynes enfatizou as noções de equilíbrio com desemprego (para a qual o papel do multiplicador é central) e a instabilidade do sistema (na qual o papel do dinheiro e da incerteza é fundamental).

A segunda razão é ideológica. Alguns dos pós-keynesianos expressam sua crença no funcionamento da iniciativa privada, desde que esta possa ser controlada de maneira específica, isto é, via controle do sistema financeiro e através de políticas de preços e de rendas [ver Davidson (1972), por exemplo]. Algumas destas prescrições estão associadas à análise dos males do sistema da iniciativa privada, como discutido acima. Alguns dos keynesianos neo-ricardianos, por outro lado, expressam uma desconfiança mais fundamental com o funcionamento do livre mercado, e isto está obviamente relacionado com a crença de que é possível mostrar a inconsistência do mecanismo de ajuste neoclássico. Entretanto, os keynesianos neo-ricardianos não demonstraram que o sistema de livre mercado não funciona (ou não pode funcionar): na melhor das hipóteses, mostraram que a demonstração neoclássica é falha. Os pós-keynesianos não demonstraram que o sistema de livre mercado pode ser devidamente modificado para que funcione: eles se mostram inocentes a respeito das realidades políticas e dos conflitos de classe e, por isso, estão provavelmente equivocados (ou demasiadamente otimistas) com relação à sua visão do estado capitalista.

## 5 — Conclusão

Parece não haver nenhuma razão para que os keynesianos neo-ricardianos e os pós-keynesianos, embora reconhecendo suas diferenças paradigmáticas (se eles as consideram tão fundamentais), não possam dedicar mais tempo

e esforço combatendo a ortodoxia que combatendo entre si.<sup>41</sup> Isto os tornaria uma minoria mais robusta.

Esta união é provavelmente desejável do ponto de vista tático. O “inimigo” é demasiado forte. Além disso, os economistas do *mainstream* podem imaginar que, se as minorias gastam tanto tempo discutindo entre si, possivelmente ambas estão enganadas. Cada um dos grupos foi capaz de lançar algumas dúvidas sobre as afirmações neoclássicas e defender abordagens alternativas. Se as alternativas se somam, economistas mais abertos do *mainstream* talvez passassem a questionar suas doutrinas e a conceder às visões keynesianas não-ortodoxas um julgamento mais tolerante.

### Abstract

*This article critically discusses the Neo-Ricardian and Post-Keynesian approaches to the theory of employment of Keynes. To this end, the authors present a detailed survey of the two schools. The paper takes for points of reference the roles played by money, uncertainty and the concepts of equilibrium and stability in Keynes' analysis of the causes of unemployment. The paper's conclusion is that, despite the differences in paradigms between the two approaches, and once these differences are granted, it would be advisable to unite efforts in order to combat the orthodox Keynesian interpretation of Keynes' thought.*

### Bibliografia

- AMADEO, E. J. Teoria e método nos primórdios da macroeconomia [I]: a transição do *Tratado* para a *Teoria Geral* de Keynes. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 40 (1):19-36, jan./mar. 1986a.
- . Teoria e método nos primórdios da macroeconomia [III]: a “revolução keynesiana” e a análise do multiplicador. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 40 (4):335-54, out./dez. 1986b.
- . Sobre salários nominais: as críticas keynesiana e monetarista à abordagem de Keynes sobre o mercado de trabalho. *Pesquisa e Planejamento Económico*, Rio de Janeiro, 16 (2):309-20, ago. 1986c.

<sup>41</sup> Em carta aos autores, Milgate argumenta que, de seu ponto de vista, a crítica neo-ricardiana se concentra no ataque à teoria neoclássica do valor e emprego, e não à abordagem pós-keynesiana. Entretanto, o próprio Milgate, na introdução a Eatwell e Milgate (1983), critica indiretamente a abordagem pós-keynesiana, associando-a à interpretação imperfeccionista da teoria do emprego de Keynes.

- . *Controversies over the equilibrium position in Keynes' General Theory*. Rio de Janeiro, PUC/Departamento de Economia, 1987a, mimeo.
- . *The development of Keynes' principle of effective demand*. Rio de Janeiro, PUC/Departamento de Economia, 1987b, mimeo.
- ARROW, K., and HAHN, F. *General competitive analysis*. San Francisco, Holden Day, 1971.
- ASIMAKOPOULOS, A. Keynesian economics, equilibrium and time. *Canadian Journal of Economics*, Supplement, Toronto, 11 (4) :S3-10, Nov. 1978.
- . Keynes' theory of effective demand revisited. *Australian Economic Papers*, Adelaide, June 1982.
- . Keynes and Sraffa: visions and perspective. *Political Economy*, 1 (2) ; 1985.
- CASAROSA, Carlo. The microfoundations of Keynes' aggregate supply and expected demand analysis. *Economic Journal*, London, 91 (361) :188-94, Mar. 1981.
- CHICK, Victoria. *Macroeconomics after Keynes*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1983.
- CLOWER, Robert. A reconsideration of the microfoundations of monetary theory. *Western Economic Journal*, Long Beach, 6:1-9, 1967.
- COCHRANE, J. L. Keynesian probability and the *General Theory*. *Rivista Internazionale di Scienze Economiche e Commerciali*, Padua, 18 (4) , Apr. 1971.
- COBBINGTON, Alan. *Keynesian economics: the search for first principles*. London, Allen and Unwin, 1983.
- DAVIDSON, Paul. *Money and the real world*. London, Macmillan, 1972.
- . The dual-faceted nature of the Keynesian revolution: money and money wages in unemployment and production flow prices. *Journal of Post Keynesian Economics*, White Plains, N. Y., 2 (3) :291-307, Spring 1980.
- . Liquidity and not increasing returns is the ultimate source of unemployment equilibrium. *Journal of Post Keynesian Economics*, White Plains, N. Y., 7 (3) :373-84, Spring 1985.

- DAVIDSON, Paul, and SMOLENSKY, Eugene. *Aggregate supply and demand analysis*. New York, Harper and Row, 1965.
- DOW, Sheila C. Methodological morality in the Cambridge controversies. *Journal of Post Keynesian Economics*, White Plains, N. Y., 2 (3): 368-80, Spring 1980.
- DRAZEN, Allan. Recent developments in macroeconomic disequilibrium theory. *Econometrica*, Evanston, Ill., 48 (2):283-306, Mar. 1980.
- DUTT, Amitava Krishna. *Keynes with a perfectly competitive goods market*. Florida International University. Oct. 1985, mimeo.
- . *The classical dichotomy: theory of prices with given output and distribution*. Florida International University, 1986a, mimeo.
- . *Expectations and equilibrium*. Florida International University, Department of Economics, 1986b, mimeo.
- . Wage rigidity and unemployment: the simple diagrammatics of two views. *Journal of Post Keynesian Economics*, White Plains, N. Y., 9 (2):279-90, Winter 1987.
- EATWELL, John. The long-period theory of employment. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, U. K., 7 (3/4):269-86, Sep./Dec. 1983.
- EATWELL, John, and MILGATE, Murray. Introduction. In: EATWELL, John, and MILGATE, Murray, eds. *Keynes' economics and the theory of value and distribution*. London, Duckworth, 1983.
- EATWELL, John, and MILGATE, Murray, eds. *Keynes' economics and the theory of value and distribution*. London, Duckworth, 1983.
- EICHNER, Alfred S., and KREGEL, J. A. An essay on Post-Keynesian theory: a new paradigm in economics. *Journal of Economic Literature*, Nashville, 13 (4):1.293-314, Dec. 1975.
- FRIEDMAN, Milton. *A theoretical framework for monetary analysis*. New York, National Bureau of Economic Research, 1971. (Occasional paper series, 112.)
- GAREGNANI, Pierangelo. Heterogeneous capital, production function and the theory of distribution. *The Review of Economic Studies*, Edinburgh, 37 (3):407-36, July 1970.

- . On change in the notion of equilibrium in recent work on value and distribution: a comment on Samuelson. In: BROWN, M., SATO, K., and ZAREMBKA, P., eds. *Essays in modern capital theory*. New York, American Elsevier, 1976. (Contributions to Economic Analysis, 95.) [Reprinted in: EATWELL, John, and MILGATE, Murray, eds. *Keynes' economics and the theory of value and distribution*. London, Duckworth, 1983.]
- . Notes on consumption, investment and effective demand: I. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, U. K., 2 (4) :335-53, Dec. 1978. [Reprinted in: EATWELL, John, and MILGATE, Murray, eds. *Keynes' economics and the theory of value and distribution*. London, Duckworth, 1983.]
- . Notes on consumption, investment and effective demand: II. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, U. K., 3 (1) :63-82, Mar. 1979a. [Reprinted in: EATWELL, John, and MILGATE, Murray, eds. *Keynes' economics and the theory of value and distribution*. London, Duckworth, 1983.]
- . Notes on consumption, investment and effective demand: a reply to Joan Robinson. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, U. K., 3 (2) :181-87, June 1979b. [Reprinted in: EATWELL, John, and MILGATE, Murray, eds. *Keynes' economics and the theory of value and distribution*. London, Duckworth, 1983.]
- . *Changes and comparisons: a reply*. Presented in the Joan Robinson memorial, Barnard College, New York, 1983, mimeo.
- . Value and distribution in the classical economists and Marx. *Oxford Economic Papers*, London, 36 (2) :291-325, June 1984.
- GRAM, Harvey, and WALSH, Vivian. Joan Robinson's economics in retrospect. *Journal of Economic Literature*, Nashville, 21 (2) :518-50, June 1983.
- HAHN, Frank. Keynesian economics and general equilibrium theory: reflections on some current debates. In: HARCOURT, G. C., ed. *Microeconomic foundations of macroeconomics*. London, Macmillan, 1977.
- . The Neo-Ricardians. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, U. K., 6 (4) :353-74, Dec. 1982.
- HARCOURT, Geoffrey C. Post Keynesianism: quite wrong and/or nothing new. In: ARESTIS, P., and SKOURAS, T., eds. *Post Keynesian economic theory*. Sussex, Wheatsheaf Books, 1985.
- HICKS, John R. Some questions of time in economics. In: TANG, A. M., et alii, eds. *Evolution, welfare and time in economics*. Lexington, Mass., D. C. Heath and Co., 1976.

- KALECKI, Michal. Professor Pigou on "The classical stationary state": a comment. *Economic Journal*, London, 54:131-2, Apr. 1944.
- KEYNES, John Maynard. The general theory of employment. *Quarterly Journal of Economics*, New York, Feb. 1937. [Reprinted in: ————. *The general theory and after*; part 2: defence and development. Edited by Donald Moggridge. London, Macmillan, 1973. (The collected writings of John Maynard Keynes, 14.)]
- . *A treatise on money*; v. 1: the pure theory of money. London, Macmillan, 1971a. (The collected writings of John Maynard Keynes, 5.)
- . *A treatise on money*; v. 2: the applied theory of money. London, Macmillan, 1971b. (The collected writings of John Maynard Keynes, 6.)
- . *The general theory of employment, interest and money*. London, Macmillan, 1973a. (The collected writings of John Maynard Keynes, 7.)
- . *A treatise on probability*. London, Macmillan, 1973b. (The collected writings of John Maynard Keynes, 8.)
- . *The general theory and after*; part 1: preparation. Edited by Donald Moggridge. London, Macmillan, 1973c. (The collected writings of John Maynard Keynes, 13.)
- . *The general theory and after*; part 2: defence and development. Edited by Donald Moggridge. London, Macmillan, 1973d. (The collected writings of John Maynard Keynes, 14.)
- . *The general theory and after*; a supplement. Edited by Donald Moggridge. London, Macmillan, 1979. (The collected writings of John Maynard Keynes, 29.)
- KREGEL, Jan A. Economic methodology in the face of uncertainty: the modelling methods of Keynes and Post-Keynesians. *Economic Journal*, London, 86 (342):209-25, June 1976.
- LEIJONHUFVUD, Axel. *On Keynesian economics and the economics of Keynes*. New York, Oxford University Press, 1968.
- LERNER, Abba P. The essential properties of interest and money. *Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Mass., 66:172-93, May 1952.
- MAGNANI, M. "Keynesian fundamentalism": a critique. In: EATWELL, John, and MILGATE, Murray, eds. *Keynes' economics and the theory of value and distribution*. London, Duckworth, 1983.

- MARSHALL, Alfred. *Principles of economics*. 1890.
- METZLER, Allan H. Keynes' *General Theory*: a different perspective. *Journal of Economic Literature*, Nashville. 19 (1):34-64, Mar. 1981.
- MILGATE, Murray. *Capital and employment*. New York, Academic Press, 1982.
- MINSKY, Hyman P. *Can "it" happen again*. Armonk, N. Y., Sharpe, 1982.
- PANICO, Carlo. Marx's analysis of the relationship between the rate of interest and the rate of profits. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, U. K., 4 (4):363-78, Mar. 1980. [Reprinted in: EATWELL, John, and MILGATE, Murray, eds. *Keynes' economics and the theory of value and distribution*. London, Duckworth, 1983.]
- . *Market forces and the relation between the rates of interest and profits*. New York, American Elsevier, 1985. (Contributions to Political Economy, 4.)
- PASINETTI, Luigi. *Lectures on the theory of production*. New York, Columbia University Press, 1977.
- PIVETTI, Massimo. On the monetary explanation of distribution. *Political Economy*, 1 (2), 1985.
- PRESLEY, John R. J. M. Keynes and the real balance effect. *The Manchester School of Economic and Social Studies*, Manchester, U. K., Mar. 1986.
- ROBINSON, Joan. *Essays in the theory of economic growth*. New York, St. Martin's, 1964.
- . History versus equilibrium. *Indian Economic Journal*, Bombay, 21 (3):202-13, Jan./Mar. 1974. [Reprinted in: ———. *Collected economic papers*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1980, v. 5.]
- . Keynes and Ricardo. *Journal of Post Keynesian Economics*, White Plains, N. Y., 1 (1):12-8, Fall 1978. [Reprinted in: ———. *Collected economic papers*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1980, v. 5.]
- SHACKLE, G. L. S. *Expectations, investment and income*. London, Macmillan, 1938.
- . *The years of high theory* Cambridge, U. K., Cambridge University Press, 1967.
- . Sir John Hicks' "IS-LM: an explanation": a comment. *Journal of Post Keynesian Economics*, White Plains, N. Y., 4 (3), Spring 1982.

- . *General thought-schemes and the economist*. Thames Polytechnic, Autumn 1984. (Thames Papers in Political Economy.)
- SHAPIRO, Nina. Keynes and equilibrium economics. *Australian Economic Papers*, Adelaide, 17 (31) :207-23, Dec. 1978.
- SOLOW, Robert M. Alternative approaches to macroeconomic theory: a partial view. *Canadian Journal of Economics*, Toronto, 12 (3) :339-54, Aug. 1979.
- SRAFFA, P. *Production of commodities by means of commodities*. Cambridge, Cambridge University Press, 1960.
- STOHS, Mark. "Uncertainty" in Keynes' *General Theory*. *History of Political Economy*, Durham, N. C., 12 (3) :372-82, Fall 1980.
- TARSHIS, Lorie. Post-Keynesian economics: a promise that bounced? *American Economic Review*, Nashville, 70 (2) :10-4, May 1980.
- TOWNSHEND, Hugh. Liquidity-premium and the theory of value. *Economic Journal*, London, 47 (1) :157-69, Mar. 1937.
- WEINTRAUB, E. Roy. "Uncertainty" and the Keynesian revolution. *History of Political Economy*, Durham, N. C., 7 (4) :530-48, Winter 1975.
- . *General equilibrium analysis*. Cambridge, U. K., Cambridge University Press, 1985.
- WEINTRAUB, Sidney. *An approach to the theory of income distribution*. Westport, CT, Greenwood, 1958.
- WELLS, Paul. In review of Keynes. *Cambridge Journal of Economics*, Cambridge, U. K., 2 (3) :315-25, Sep. 1978.
- . Modigliani on flexible wages and prices. *Journal of Post Keynesian Economics*, White Plains, N. Y., 2 (1) :83-93, Fall 1979a.
- . Money and the money wage rate. In: BOSKIN, M. J., ed. *Economics and human welfare*. New York, Academic Press, 1979b.
- YELLEN, J. L. On Keynesian economics and the economics of the Post-Keynesians. *American Economic Review*, Nashville, 70 (2) :15-25, May 1980.

(Originais recebidos em janeiro de 1987. Revisitos em outubro de 1987.)